



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA
DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA E ARQUITETURA

EDITAL DE CONVITE Nº 03/2021

PROTOCOLO Nº 0040154-52.2021.8.16.6000

TIPO: MENOR PREÇO

REGIME DE EXECUÇÃO: EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL

PRAZO DE EXECUÇÃO: 30 (TRINTA) DIAS

PREÇO MÁXIMO: R\$ 36.789,11

(trinta e seis mil, setecentos e oitenta e nove reais e onze centavos)

O Tribunal de Justiça do Estado do Paraná torna público aos interessados que realizará licitação, cuja sessão ocorrerá, no dia, horário e local abaixo, em conformidade com a Lei Estadual nº 15.608/07, Lei Federal nº 8.666/93, Lei Complementar nº 123/06, e demais legislações que regulamentam o art. 37, inciso XXI da Constituição Federal de 1988.

**OBJETO: EXECUÇÃO DE PERGOLADO NA PRAÇA DO
PALÁCIO DA JUSTIÇA**

DESTINO: DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA E ARQUITETURA

DATA DA ABERTURA: **(SESSÃO EXCLUSIVAMENTE ON-LINE)** 01/07/2021 às 14h00min (catorze horas), horário de Brasília, ou no primeiro dia útil subsequente, na hipótese de não haver expediente nessa data.

LOCAL: Auditório do Departamento do Patrimônio, 4º andar, sito na Rua Álvaro Ramos, nº 157, Centro Cívico, Curitiba, CEP 80.530-190, com transmissão da sessão, ao vivo, pelo portal <https://equinox.tjpr.jus.br/portal/tenants/tjpr/>, conforme data e horário definidos acima.

O edital e as especificações estarão à disposição das empresas interessadas no "site" do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná: www.tjpr.jus.br - "Licitações" no endereço eletrônico: www.licitacoes-e.com.br, nome do cliente "Paraná Tribunal de Justiça", no portal, www.bb.com.br ou poderão ser solicitados no endereço eletrônico: licit@tjpr.jus.br.

O edital encontra-se à disposição na Divisão de Licitações para consulta, no endereço acima mencionado e, poderá ser adquirido no mesmo local, mediante o recolhimento de R\$ 5,00 (cinco reais) através de guia ao Fundo de Reequipamento do Poder Judiciário - FUNREJUS, de acordo com a Portaria nº 09/00. Para a obtenção da referida **guia** o interessado deverá acessar o "site" www.tjpr.jus.br, Guias de Recolhimento, através dos links "Despesas Administrativas - TJPR", "Cópias de Editais de Licitação", Unidade: DEPARTAMENTO DO PATRIMÔNIO, preenchendo o campo Observação com a especificação do recolhimento: modalidade e número da licitação, razão social, número do telefone, endereço eletrônico e responsável para contato, e o campo EDITAL DE LICITAÇÃO FORNECIDO POR MÍDIA com o valor de R\$ 5,00, clicar em Avançar, e, após, clicar em Gerar Boleto.

Responsável pelos esclarecimentos: Departamento de Engenharia e Arquitetura.

CAPÍTULO 1 - DO OBJETO

1.1. O objeto da licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para a administração, na contratação de empresa especializada para a **EXECUÇÃO DE PERGOLADO NA PRAÇA DO PALÁCIO DA JUSTIÇA**, nesta Capital, com área total de pergolado de 26,66 m².

CAPÍTULO 2 – DAS INFORMAÇÕES E ESCLARECIMENTOS

2.1. Quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários a respeito do presente Edital serão prestados aos interessados pela Divisão de Licitações do Departamento do Patrimônio, no endereço apontado no início deste instrumento, das 12h00min (doze horas) as 18h00min (dezoito horas), dos dias úteis, ou pelo telefone (41) **3250-6541**, ou ainda, por meio do endereço eletrônico licit@tjpr.jus.br.

2.2. Eventuais dúvidas sobre o objeto e especificações do presente procedimento, poderão ser encaminhadas ao endereço eletrônico - licit@tjpr.jus.br, à Divisão de Licitações. Os questionamentos, quando formulados por escrito, deverão apresentar o nome completo do responsável, indicação da modalidade e número do certame, a razão social da empresa, número do CNPJ, telefone, endereço eletrônico e fac-símile para contato, observando-se o horário das doze (12h00min) as dezoito (18h00min), dos dias úteis.

2.2.1. Orientamos aos interessados em participar desta licitação a efetuar a retirada do presente edital pelo site www.tjpr.jus.br/editais, bem como a periódica consulta ao instrumento convocatório, uma vez que o mesmo poderá estar constantemente sendo atualizado com informações adicionais, tais como, ofícios circulares, despachos homologatórios, dentre outros.

2.3. As respostas a todos os questionamentos (dúvidas ou esclarecimentos) estarão disponíveis aos consulentes e interessados, no site www.tjpr.jus.br/editais e passarão a integrar o edital.

CAPÍTULO 3 - DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

3.1. Decairá do direito de impugnação e formulação de questionamentos aos termos do Edital, apontando as falhas e irregularidade que o viciaram, aquele que não o fizer até 02 (dois) dias úteis antes da data de abertura do presente certame.

3.2. Quaisquer outras manifestações formais subsequentes ao prazo do item anterior serão recebidas apenas como meros pedidos de esclarecimentos.

3.3. Qualquer cidadão é parte legítima para impugnar preço constante do quadro geral em razão de incompatibilidade desse com o preço vigente no mercado.

3.4. Deverá a Administração julgar e responder à(s) impugnação(ões) em até **03 (três) dias úteis**.

3.5. Julgada a impugnação, a Administração procederá nos termos dos §§ 3º e 4º do artigo 72 da Lei Estadual nº 15.608/07.

CAPÍTULO 4 - DA PARTICIPAÇÃO

4.1 A participação presencial de eventuais interessados neste procedimento licitatório será vedada, em virtude da Pandemia de Covid-19, sendo que o acompanhamento da sessão de julgamento poderá ser realizado ao vivo, através de transmissão virtual pelo portal <https://equinox.tjpr.jus.br/portal/tenants/tjpr/>.

4.2. Para participar da licitação, a empresa interessada poderá indicar pelo menos um procurador devidamente identificado, o qual será admitido a intervir no procedimento licitatório no interesse da representada, indicação esta que deverá estar inserida no envelope “01” – PROPOSTA COMERCIAL ou ser apresentada no momento da abertura.

4.3. Caso haja o interesse do representante ou procurador em manter contato com a Comissão de Licitação durante a sessão, inclusive para apresentar eventuais considerações a serem registradas em Ata, este o deverá fazer através do e-mail licit@tjpr.jus.br, dos telefones (41) 3250-6542 e (41) 3250-6510 ou pelo WhatsApp da Divisão de Licitações, no telefone (41) 3250-6541, seguindo as orientações do Presidente da Comissão de Licitação.

4.4. A representação dar-se-á pela apresentação da seguinte documentação:

a) Procuração do representante legal (conforme modelo em anexo).

b) Cópia da Certidão Simplificada ou de Inteiro Teor da empresa proponente, expedida pela Junta Comercial ou repartição competente, dentro de seu respectivo prazo de validade, se expresso. Não havendo menção quanto ao prazo de validade, a certidão deverá ser expedida até 2 (dois) meses anteriores à data da apresentação, cujo término se dará no mesmo dia da data da expedição.

b.1) Se a licitante estiver representada pelo próprio sócio, deverá apresentar tão somente a Certidão Simplificada da Junta Comercial da empresa proponente, observado o mesmo prazo de expedição do item "b" supra.

b.2) Caso o outorgante não conste do quadro societário da empresa, além do documento exigido no item "b" supra, deverá ser apresentado documento que comprove que o mesmo detém poderes para tanto.

c) Os representantes legais das empresas e/ou procuradores, se presentes, deverão exhibir documento de identidade ou equivalente.

4.5. É dever do(s) representante(s) legal(is) zelar pelo gerenciamento e manutenção do registro do endereço.

4.6. A fotocópia exigida na letra "b" do subitem 4.2 deverá estar devidamente autenticada por oficial público ou por membro da Comissão, mediante cotejo da cópia com o original.

4.7. É vedada a participação, direta ou indiretamente, de empresas:

a) com seus cadastros suspensos ou cancelados e/ou que tenham sido declaradas na forma do inciso V do artigo 150 da Lei Estadual nº 15.608/2007;

b) punidas com suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Tribunal de Justiça, na forma do inciso III do artigo 150 da Lei Estadual nº 15.608/2007, enquanto durar a penalidade;

c) punidas com a sanção prevista na letra anterior (b), durante o prazo de vigência de igual sanção imposta por órgãos ou entidades do Estado do Paraná, nos termos do artigo 155 da Lei Estadual nº 15.608/2007;

d) impedidas de licitar e contratar no âmbito do Estado do Paraná, conforme artigo 7º da Lei Federal 10.520/2002;

e) punidas com suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Tribunal de Justiça, na forma do inciso III do artigo 87 da Lei Federal nº 8.666/1993, enquanto durar a penalidade;

f) declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública Federal, Estadual, Municipal, direta ou indireta, enquanto perdurar o motivo determinante da punição ou até que seja promovida a reabilitação;

g) estejam constituídas sob a forma de consórcio.

4.8. Serão impedidas de contratar com a Administração, as empresas que apresentarem registro no Cadastro Informativo Estadual- Cadin no momento da homologação da licitação ou da assinatura do contrato, nos termos do art. 3º da Lei Estadual nº 18.466 de 24/04/2015, c/c. art. 7º do Decreto Estadual nº 1933 de 17/07/2015.

CAPÍTULO 5 – DO RECEBIMENTO E ABERTURA DOS ENVELOPES

5.1. No dia, hora e local mencionados no início deste edital reunir-se-á a Comissão de Abertura de Propostas, Habilitação Preliminar e Julgamento de Licitações nas Modalidades de Convite, Tomada de Preços e Concorrência, para proceder ao recebimento dos dois invólucros **fechados**, com a seguinte identificação externa:

a) ENVELOPE Nº 01 – PROPOSTA COMERCIAL

RAZÃO SOCIAL E CNPJ DA EMPRESA

CONVITE Nº 03/2021

b) ENVELOPE Nº 02 – HABILITAÇÃO

RAZÃO SOCIAL E CNPJ DA EMPRESA

CONVITE Nº 03/2021

5.2. Os envelopes "01" e "02" devem ser entregues até o dia e horário indicados no preâmbulo deste Edital, **PREFERENCIALMENTE POR VIA POSTAL OU QUALQUER OUTRO MEIO DE TRANSPORTE DE CARGAS OU ENCOMENDA**, na Rua Álvaro Ramos, nº 157, Centro Cívico, Curitiba, CEP 80.530-190, aos cuidados da Divisão de Licitações do Departamento do Patrimônio, **sendo vedado o seu encaminhamento em momento ou a local diferente**. Será possível, excepcionalmente, a **ENTREGA PRESENCIAL, MEDIANTE AGENDAMENTO PRÉVIO** através do telefone (41) 3250-6541, das 12:00 às 18:00 horas.

5.2.1. A entrega dos envelopes deve observar o horário de funcionamento do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, das 12h00min (doze horas) às 18h00min (dezoito horas), seja

para a realização de entrega por intermédio dos Correios ou diretamente na Divisão de Licitações.

5.3. Não serão conhecidas as propostas cujos envelopes sejam encaminhados via Centro de Protocolo Judiciário.

5.4. Antes da abertura dos envelopes “01” (proposta comercial) e “02” (documentos habilitação), deverão ser os invólucros rubricados pela Comissão.

5.5. Poderá a Comissão entrar em contato com o representante da licitante para sanar dúvidas quanto à identificação dos envelopes, antes do horário previsto para o início da sessão, caso constatem alguma desconformidade.

5.6. Depois da hora marcada para o início da reunião, nenhuma outra proposta será aceita, bem como, não serão permitidos adendos, acréscimos, substituições ou esclarecimentos sobre as propostas regularmente recebidas, a não ser aqueles expressamente solicitados pela Comissão, sobretudo quanto à regularização de falhas meramente formais da documentação.

5.7. Visando assegurar a celeridade dos trabalhos, a licitante poderá se fazer representar remotamente, na forma do Capítulo 4 deste edital, através de seus representantes legais ou procuradores, sendo **facultada** à empresa participante, na hipótese de impossibilidade destes, a apresentação da declaração de renúncia ao prazo recursal referente às fases classificatórias (comercial e habilitação), conforme modelos em Anexo.

5.7.1. À Comissão de Licitações é facultado contatar as empresas licitantes para solicitar renúncia ao prazo recursal.

5.8. O procurador nomeado deverá ter poderes para manifestar desistência dos prazos recursais e somente poderá se manifestar em nome de uma única empresa, assim como o representante legal.

5.9. Deverão ser vistos e rubricados pela Comissão todas as propostas comerciais e os documentos de habilitação analisados.

5.10. Da(s) reunião(ões) de recebimento, abertura de propostas e habilitação preliminar, lavrar-se-á(ão) ata(s) circunstanciada(s), na(s) qual(is) ficarão relatadas todas as ocorrências e, em havendo o interesse do procurador em assiná-la, deverá formalizar solicitação para o endereço de e-mail licit@tjpr.jus.br, sendo a assinatura oportunizada pela Comissão de Licitação, mediante cadastro do interessado como usuário externo no sistema SEI através do link <https://sei.tjpr.jus.br/externo>.

5.11. A(s) ata(s) será(ão) disponibilizadas no site www.tjpr.jus.br/editais, para acesso livre, logo após o encerramento da sessão pública.

CAPÍTULO 6 – DA PROPOSTA – primeiro invólucro

6.1. A proposta comercial deverá ser digitada ou elaborada por qualquer modo de impressão, preenchida com clareza, sem emenda, rasura, acréscimo ou entrelinha, em folhas rubricadas, preferencialmente numeradas, sendo a última datada e devidamente assinada, na qual deverá conter **obrigatoriamente**, sob pena de desclassificação:

a) Razão social ou denominação da licitante e número de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda.

b) Declaração na qual conste (sob as penas da Lei), que cumpre plenamente os requisitos de habilitação (modelo em anexo), com validade de 1 (um) mês, contado a partir da data de sua assinatura.

c) Proposta de preços (modelo em anexo) contendo:

i) a descrição do objeto;

ii) o preço global cotado em moeda nacional;

iii) percentual de BDI para os serviços de engenharia;

iv) percentual de BDI para fornecimento e instalação de equipamentos;

v) percentual de Encargos Sociais utilizados na formulação da proposta.

c.1) O valor cotado deve conter, no máximo duas casas decimais após a vírgula (R\$ 0,00), em algarismos e por extenso, prevalecendo este último, em caso de divergência.

c.2) Do valor ofertado será obtido percentual de desconto em relação ao preço máximo da licitação, o qual será aplicado linearmente em relação aos preços unitários estabelecidos na planilha referencial constante nos Anexos deste Edital, que são fixos para efeitos de incidência de percentual de desconto, apresentando somente o valor final auferido, conforme o Modelo de Proposta de Preços (modelo em anexo).

c.3) Para apresentação da proposta, a empresa deverá considerar todos os elementos relativos à realização dos serviços, tais como transportes, materiais e armazenamento, equipamentos, ferramentas, mão-de-obra, encargos sociais e despesas indiretas, encargos fiscais, seguros, licenças, alvarás e tudo mais que for considerado necessário à sua completa execução, inclusive analisar as obrigações da **CONTRATADA** constantes da respectiva cláusula da minuta contratual. Para a presente obra, as tarifas de água e luz correrão por conta do Tribunal de Justiça.

c.4) A proposta deverá ser rigorosamente efetuada com base nos elementos fornecidos pelo Departamento de Engenharia e Arquitetura do Tribunal de Justiça do Paraná e constantes nos anexos deste Edital.

c.5) Para a formulação da proposta a licitante deverá optar por um dos regimes de recolhimento previdenciário previstos na Lei 13.161/2015 (CPRB ou folha de pagamento), sendo que para cada regime, **os percentuais máximos referenciais de BDI e encargos sociais são os seguintes:**

c.5.1) Para o regime de recolhimento **COM** desoneração (4,5% sobre a receita bruta - CPRB):

c.5.1.1) BDI para obras e serviços de engenharia equivalente a 27,14 %, aplicado sobre o custo direto estimado (em anexo);

c.5.1.2) BDI para aquisição e instalação de equipamentos equivalente a 16,87%, aplicado sobre o custo direto estimado (em anexo);

c.5.1.3) BDI diferenciado equivalente a 19,48%, aplicado sobre o custo direto estimado (em anexo);

c.5.1.4) Encargos Sociais – 85,67% para horistas e 48,46% para mensalistas (em anexo);

c.5.2) Para o Regime de recolhimento **SEM** desoneração (20% sobre a folha de pagamento):

c.5.2.1) BDI para obras e serviços de engenharia equivalente a 21,07 %, aplicado sobre o custo direto estimado (em anexo);

c.5.2.2) BDI para aquisição e instalação de equipamentos equivalente a 11,42%, aplicado sobre o custo direto estimado (em anexo);

c.5.2.3) BDI diferenciado equivalente a 13,78%, aplicado sobre o custo direto estimado (em anexo);

c.5.2.4) Encargos Sociais – 114,78% para horistas e 71,81% para mensalistas (em anexo);

c.6) No valor orçado para o objeto deste certame licitatório foram consideradas as taxas de Bonificação e Despesas Indiretas (BDI) e de Encargos Sociais conforme o regime SEM desoneração (folha de pagamento). Tal fato não impedirá ao futuro contratado optar pela outra forma de recolhimento (conforme permite a LEI nº 13.161/2015) e assumir eventuais custos ou despesas superiores às definidas na planilha orçamentária.

c.7) Serão aceitas propostas cujos percentuais de BDI sejam superiores aos adotados no orçamento balizador deste Edital, mas desde que o valor global apresentado não ultrapasse o preço máximo estabelecido no Edital, entretanto, no caso de eventual celebração de aditivos incluindo serviços novos no contrato, o preço de referência será obtido a partir do BDI utilizado pela Administração no orçamento base da licitação, subtraindo desse preço de referência a diferença percentual entre o valor do orçamento base e o valor global do contrato obtido na licitação, com vistas a garantir a manutenção do percentual de desconto ofertado pelo contratado.

c.8) Na composição das taxas de Bonificação e Despesas Indiretas (BDI) não deverão ser incorporados os percentuais de IRPJ e CSLL, consoante Acórdão 325/2007 – TCU/Plenário.

c.9) Na composição das taxas de Bonificação e Despesas Indiretas (BDI) foi considerado o percentual de 2% a título de ISS para o Município de Curitiba, nos termos do Código Tributário do Município.

d) A licitante deverá apresentar a composição do percentual de BDI para os serviços de engenharia e do percentual do BDI para fornecimento e instalação de equipamentos a ser aplicado sobre o custo unitário dos serviços, conforme Modelos em Anexo;

e) Composição dos encargos sociais (Modelo em anexo);

6.2. A apresentação da proposta implicará em:

a) Prazo de validade da proposta de 180 (cento e oitenta) dias, contados da data estipulada para a abertura do presente certame, conforme previsto no art. 69, § 2º da Lei Estadual nº 15.608/07.

b) Conhecimento e aceitação de todas as cláusulas e condições estabelecidas por este Edital

e seus Anexos, sujeitando-se à fiscalização pelo Tribunal de Justiça.

c) Conhecimento dos projetos, encargos gerais, especificações, quantitativos, e condições para execução dos serviços, sujeitando-se ao gerenciamento e fiscalização do Tribunal de Justiça.

d) Declaração de que conhece as condições locais para a execução do objeto e entrega da obra.

e) Conhecimento de que o prazo para realização dos serviços é de 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da Ordem de Execução de Serviço, ou da data estabelecida na Ordem.

f) Inexistência de fato impeditivo à habilitação neste certame, e ciência da obrigatoriedade de informar acerca de ocorrências posteriores.

g) Observância a todas as especificações constantes nos elementos técnicos descritos.

h) Responsabilidade pela fidelidade e veracidade dos documentos apresentados.

6.3. A proposta apresentada deverá refletir preços equivalentes aos praticados no mercado no dia de sua apresentação, e atender ao disposto no artigo 31 da Lei Federal nº 8.078/90.

6.4. A empresa deverá analisar e endossar os dados, diretrizes e exequibilidade do referido objeto, apontando com antecedência os pontos que eventualmente possa discordar, responsabilizando-se, conseqüentemente, por seus resultados para todos os efeitos futuros.

6.5. As quantidades necessárias à perfeita execução dos serviços deverão ser conferidas pela Proponente, a qual não poderá arguir omissões, enganos ou erros para alterar, posteriormente, a proposta ou o seu valor.

6.6. Tendo em vista que o regime de execução para a presente contratação será o de **empreitada por preço global**, a proposta deverá contemplar todos os elementos indicados nos projetos, planilhas e demais especificações técnicas, que definirão também o escopo da obra, medições e análise de eventuais serviços adicionais. Eventuais dúvidas encontradas durante a fase de formulação das propostas deverão ser comunicadas formalmente ao Departamento de Engenharia e Arquitetura. Portanto, indica-se a necessidade da **análise criteriosa de todos os projetos, planilhas e elementos técnicos** por parte dos licitantes.

6.7. Caso a licitante deseje usufruir das prerrogativas conferidas pela Lei Complementar nº 123/06, deve apresentar declaração afirmando enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte (modelo em anexo),

6.7.1. Caso a licitante que tiver indicado na proposta seu enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte possua alguma irregularidade quanto à documentação de habilitação (somente quanto à regularidade fiscal), deverá fazer a devida ressalva na declaração de cumprimento dos requisitos de habilitação (6.1.b).

6.8. Se a empresa licitante desejar apresentar procurador, observar o disposto no Capítulo 4 deste Edital.

6.9. Sugere-se a indicação de ambiente físico ou virtual de comunicação à distância (modelo em anexo).

6.10. Para atender as condições estabelecidas no Decreto Estadual nº 1261/03 e Convênio ICMS nº 26/03, as empresas paranaenses deverão apresentar propostas já com o valor líquido, ou seja, sem carga tributária do ICMS.

6.11. A empresa vencedora obrigará-se-á, com integral obediência às normas avençadas em relação aos elementos fornecidos, a responder pelo cumprimento da proposta apresentada.

CAPÍTULO 7 – DA HABILITAÇÃO – segundo invólucro

7.1. O envelope de Habilitação, referente à documentação comprobatória da habilitação jurídica, fiscal, técnica e econômico-financeira, deverá conter, obrigatoriamente, sob pena de inabilitação, os documentos nos itens a seguir relacionados.

7.1.1. Para Comprovação da **HABILITAÇÃO JURÍDICA**:

a) Certidão simplificada ou de inteiro teor expedida pela Junta Comercial ou repartição competente, registro comercial (breve relato) no caso de sociedade simples, ou, se prestadora de serviços, registro junto ao Cartório de Registro de Títulos e Documentos, dentro do prazo de validade, observado o contido no item 7.10.

b) Em se tratando de **sociedade empresária**, Estatuto Social ou Contrato Social, em vigor, com todas as suas alterações, devidamente registrado, acompanhado de documento de eleição de seus administradores, ou com a última alteração acompanhada do contrato social consolidado;

b.1) No caso de **sociedade simples**, inscrição do ato constitutivo acompanhado de prova de administrador(es) em exercício;

b.2) Se **empresário individual**, inscrição comercial devidamente registrada;

b.3) Tratando-se de **empresa ou sociedade estrangeira** em funcionamento no País, decreto de autorização, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura para prática de todos os demais atos inerentes ao certame.

c) Declaração expedida conforme modelo constante Anexo V, com validade de um (01) mês, contada a partir da data de sua assinatura;

7.1.2. Para Comprovação da REGULARIDADE FISCAL:

a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) do Ministério da Fazenda;

b) Certificado de Regularidade do FGTS (CRF);

c) Certidão Negativa de Tributos Municipais do domicílio ou sede do licitante;

d) Certidão Negativa de Tributos Estaduais do domicílio ou sede do licitante;

e) Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;

f) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, expedida pelo Tribunal Superior do Trabalho.

g) Prova de inscrição no cadastro municipal de contribuintes relativo ao domicílio sede do licitante.

7.1.3. Para Comprovação da QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

A documentação relativa à qualificação econômica e financeira consistirá em:

a) Certidão(ões) negativa(s) de pedido de recuperação judicial e falência, emitida (s) pelo Distribuidor da Comarca onde está sediada a empresa, dentro de seus respectivos prazos de validade, se expressos, observado o contido no item 7.10.

7.1.4. Para Comprovação da QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

a) Termo de Nomeação, assinado por todos os profissionais indicados, conforme modelo em anexo, devendo constar:

I - 01 (um) profissional de nível superior legalmente habilitado a ser designado como Coordenador para a execução da obra;

II - 01 (um) Profissional de nível superior legalmente habilitado a ser designado como responsável técnico pela execução das Obras Cíveis e do Pergolado.

a.1) O profissional de nível superior legalmente habilitado designado como Coordenador deverá pertencer ao quadro de responsáveis técnicos da empresa, o responsável técnico pela execução das Obras Cíveis e do Pergolado pode pertencer ao quadro permanente da empresa ou ser contratado como autônomo.

a.2) A empresa atenderá a exigência do edital quanto à nomeação dos responsáveis técnicos desde que haja, **NO MÍNIMO**, 01 (um) profissional que atenda aos requisitos do item para cada especialidade.

a.3) Consideram-se como legalmente habilitados os profissionais com as seguintes qualificações para:

- **Coordenador** – profissional graduado em Engenharia Civil ou Arquitetura, devidamente habilitado e registrado no CREA ou CAU.

- **Responsável pelas Obras Cíveis e Execução do Pergolado** – profissional graduado em Engenharia Civil ou Arquitetura, devidamente habilitado e registrado no CREA ou CAU.

a.4) Todos os profissionais nomeados, desde que habilitados, poderão ser designados/nomeados para mais de uma responsabilidade/atividade.

a.5) Os profissionais nomeados a serem designados como responsáveis técnicos devem preencher os requisitos previstos nas resoluções do CONFEA que dispõem sobre a regulamentação da atribuição de títulos, atividades, competências e caracterização do âmbito de atuação dos profissionais inseridos no sistema CONFEA/CREA. Os profissionais nomeados de arquitetura, a serem designados como responsáveis técnicos, devem preencher os requisitos previstos nas resoluções do CAU que dispõem sobre a regulamentação da atribuição de títulos, atividades, competências e caracterização do âmbito de atuação dos profissionais inseridos no sistema CAU. Portanto, deve ser caracterizada a correlação entre a atribuição necessária para a atividade a ser desenvolvida

e a respectiva atribuição de competências no âmbito de abrangência do campo de atuação do profissional, inclusive aquelas enquadradas como especialização com a peculiaridade de estender-se a mais de uma profissão, como as atividades relacionadas à Segurança do Trabalho, por exemplo.

a.6) No caso de outra titulação que não aquelas elencadas no item acima, deverá haver indicação expressa pelo licitante da resolução/norma CONFEA que estabeleça a competência do profissional indicado, à luz das obrigações contratuais.

b) Certidão de Registro de Pessoa Jurídica junto ao CREA ou Certidão de Registro de Empresa junto ao CAU, dentro do prazo legal de sua vigência, observado o contido no item 7.10.

c) Certidão de Registro de Pessoa Física junto ao CREA, referente aos responsáveis técnicos de engenharia e Certidão de Registro e Quitação emitida pelo CAU, referente aos responsáveis técnicos de arquitetura, dentro do prazo legal de sua vigência, observado o contido no item 7.10.

c.1) O vínculo contratual ou empregatício do Coordenador deverá ser demonstrado até 10 (dez) dias após a assinatura do termo contratual objeto da presente licitação, pela apresentação de um destes documentos: Contrato Social (no caso de sócio da empresa), CTPS ou Contrato de Prestação de Serviços.

c.2) Se houver necessidade de substituição do responsável técnico nomeado, o substituto deverá apresentar o acervo e atestados de capacidade técnica conforme exigidos no presente edital, a serem submetidos à análise e aprovação do Tribunal de Justiça.

d) Compromisso de participação do pessoal técnico nomeado pela proponente, no qual declarem que participarão, permanentemente, a serviço da empresa, do objeto desta licitação, devendo estar disponíveis e a pronto atendimento quando solicitado, a pedido da fiscalização do Tribunal. Se houver alteração no quadro de responsabilidade técnica da empresa, o substituto deverá possuir o acervo mínimo exigido na licitação e aceito pelo Tribunal de Justiça, sob pena de inabilitação ou rescisão contratual (modelo em anexo).

e) As empresas licitantes deverão apresentar prova de que tenham executado obra, por meio de Certidão de Acervo Técnico emitida pelo Conselho Profissional competente (CREA ou CAU) que atenda ao contido nos itens “e.1” e “e.2”, em que conste, obrigatoriamente, o início e término da obra, sua localização, destinação e área de construção, com as seguintes características técnicas, consideradas como parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto da licitação:

I) Para a empresa (qualificação técnico-operacional):

I.I) Execução de obra de reforma, ou reforma com ampliação, ou construção nova.

e.1) As Certidões de Acervo Técnico emitidas sem Atestado de Capacidade Técnica, deverão discriminar todas as exigências técnicas elencadas acima.

e.2) Nos casos de Certidões de Acervo Técnico emitidas com Atestado de Capacidade Técnica, este deverá também ser apresentado, devidamente firmado pelo contratante do projeto (público ou particular) e chancelado pelo Conselho Profissional competente (CREA ou CAU);

e.3) Serão consideradas obras similares a do objeto: edifícios comerciais (torres de escritório, shoppings centers), edifícios residenciais, edificações públicas (fóruns, sedes governamentais, secretarias, prédios educacionais e presídios), estádios, edifícios educacionais, hospitais, museus e teatros, sedes administrativas de indústrias, área comercial e de convivência de terminais rodoviários, ferroviários e aeroportuários.

e.4) Não serão aceitos atestados / acervos referentes às obras de conjuntos habitacionais (tipo: COHAB, COHAPAR, INOCOOP etc.), galpões industriais, agrícolas, quadras esportivas e obras de arte, pontes, rodovias ou ferrovias, exceto:

e.5) A empresa licitante deverá comprovar atendimento ao item “e”, mediante uma ou mais Certidões de Acervo Técnico e/ou Atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, devidamente registrados nas entidades profissionais competentes, suficientes para comprovar tal aptidão, não sendo permitida a soma de certidões e/ou atestados e/ou obras diferentes para comprovação do acervo;

OBSERVAÇÃO: OS ACERVOS E ATESTADOS APRESENTADOS PARA COMPROVAÇÃO DA CAPACIDADE TÉCNICO-OPERACIONAL (DA EMPRESA), ONDE DEVE CONSTAR O NOME DA LICITANTE COMO EMPRESA EXECUTORA, IRÁ SE RESTRINGIR ÀS ATRIBUIÇÕES DO RESPONSÁVEL TÉCNICO PARA OS QUAIS FORAM EMITIDOS ESTES ACERVOS E ATESTADOS. ASSIM, POR EXEMPLO, OS ATESTADOS E ACERVOS EMITIDOS EM NOME DE UM ENGENHEIRO CIVIL (NO QUAL CONSTE O NOME DA EMPRESA LICITANTE COMO A EXECUTORA) IRÁ SE RESTRINGIR AOS SERVIÇOS QUE SÃO DE COMPETÊNCIA E ATRIBUIÇÃO DO ENGENHEIRO CIVIL, SENDO IGNORADOS, OS SERVIÇOS DE EXECUÇÃO DE SUBESTAÇÃO OU EQUIPAMENTOS

DE AR CONDICIONADO OU PONTOS DE CABEAMENTO ESTRUTURADO ETC., CASO ESTES ESTEJAM INCLUÍDOS NA DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS EXECUTADOS.

e.6) Os documentos solicitados a serem apresentados em nome do(s) profissional(ais) indicado(s) como responsável(eis) técnico(s) constituem comprovação de capacitação técnico-profissional, e os documentos solicitados a serem apresentados em nome da empresa constituem comprovação de capacitação técnico-operacional.

e.7) Nos atestados em que o licitante conste como consorciado, serão consideradas as quantidades executadas única e exclusivamente pelo licitante ou, caso essas não sejam mencionadas, as quantidades apuradas proporcionalmente ao seu percentual de participação financeira no consórcio. Caso não conste expressamente na documentação o percentual ou a definição das quantidades executadas única e exclusivamente pelo licitante, o atestado não será considerado.

e.8) Em caso de divergência entre os dados de comprovação de qualificação técnica constantes na Certidão de Acervo Técnico e no respectivo Atestado de Capacidade Técnica, prevalecerá aquela que indicar o menor valor numérico.

e.9) O Atestado de Capacidade Técnica serve para comprovar a execução dos serviços discriminando o teor da contratação e os dados da empresa contratada, que pode conter características, quantidades, prazos e níveis de satisfação de modo a complementar, caso necessário, o constante na Certidão de Acervo Técnico.

7.2. O CNPJ que deve constar nas certidões de habilitação será da matriz, se o licitante for a matriz;

7.2.1. O CNPJ que deve constar nas certidões de habilitação será da filial, se o licitante for a filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, forem emitidos somente em nome da matriz (FALÊNCIA – FEDERAL – FGTS – TRABALHISTA).

7.2.2. Caso a arrematante possua matriz e filiais na data da habilitação e participe da licitação com o CNPJ de uma delas, poderá executar o contrato com o CNPJ da outra, desde que comprove os requisitos de habilitação de ambas e indique em sua proposta o CNPJ (da matriz ou filial) que será utilizado para formalização do contrato, discriminando o item ou lote respectivo, quando for o caso.

7.3. A falta de documento de habilitação que conste no sistema SICAF e esteja dentro de seu prazo de validade poderá ser suprida pela Comissão, mediante consulta ao referido sistema e retirada do documento faltante, desde que este possa ter sua autenticidade conferida via internet ou mediante cotejo com o original durante a sessão de julgamento.

7.4. Serão aceitas fotocópias da documentação prevista neste Capítulo, desde que devidamente autenticadas por oficial público ou por Membro da Comissão, mediante cotejo da cópia com o original, no momento da abertura do envelope relativo à documentação.

7.5. No caso de certidão obtida via internet, as mesmas estarão sujeitas à verificação de sua validade e autenticidade pela Comissão antes do julgamento do certame.

7.6. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista de microempresas ou empresas de pequeno porte, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da administração pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa, nos termos do art. 43 §1º da Lei Complementar nº 123/2006.

7.6.1. A não-regularização da documentação, no prazo previsto no item acima, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

7.7. Quanto à regularidade fiscal e trabalhista, as microempresas e empresas de pequeno porte poderão sanear defeitos constatados na habilitação apenas se apresentarem na sessão todos os documentos previstos neste Capítulo, mesmo que contenham algum vício sanável.

7.8. Permanecendo o defeito na documentação, a Comissão declarará a empresa inabilitada e procederá a convocação da licitante subsequente para análise da documentação.

7.9. A falta de quaisquer dos documentos aqui exigidos (exceto as declarações de renúncia ao prazo recursal, modelo em anexo) ou sua apresentação em desconformidade com o presente Edital implicará na inabilitação da licitante, ressalvado o contido nos itens 7.6. a 7.8.

7.10. Toda a documentação apresentada deverá estar em pleno vigor. Documentos expedidos por órgãos oficiais, omissos quanto ao prazo de validade, serão aceitos por 02 (dois) meses contados a partir da sua expedição, à exceção dos Atestados de Capacidade Técnica e Certidões de Acervos Técnicos e disposição em contrário neste edital.

CAPÍTULO 8 – DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS E DA HABILITAÇÃO

8.1. Tornado público o conteúdo dos envelopes (proposta comercial e habilitação), a Comissão divulgará o resultado de cada uma das fases do procedimento, indicando as empresas classificadas e desclassificadas, bem como as habilitadas e inhabilitadas.

8.2. O julgamento das propostas comerciais e documentação de habilitação caberá à Comissão de Abertura de Propostas, Habilitação Preliminar e Julgamento de Licitações nas Modalidades de Convite, Tomada de Preços e Concorrência, após instruído o respectivo processo, fundamentado no parecer técnico do Departamento de Engenharia e Arquitetura, considerando-se vencedora a licitante que apresentar a proposta mais vantajosa para a Administração, dentre as que fielmente obedecerem os requisitos, elementos e especificações exigidos e fornecidos pelo Tribunal de Justiça, levando-se em conta o critério “menor preço”, resultante da aplicação linear do percentual de desconto em relação aos preços unitários máximos estabelecidos na planilha orçamentária.

8.2.1 O preço global para contratação não poderá ultrapassar o valor máximo que está fixado neste edital.

8.3. Divulgado o resultado da 1ª fase (proposta comercial) e havendo renúncia expressa do prazo recursal, a Comissão passará imediatamente à abertura do envelope “02” (habilitação) das 3 (três) empresas melhor classificadas, para a análise das condições de habilitação das licitantes.

8.4. Poderá a Comissão, se assim entender necessário, suspender os trabalhos para análise mais acurada, ficando os envelopes, após rubricados, sob sua guarda. Serão posteriormente exibidos, ainda lacrados, aos participantes, na sessão marcada para o prosseguimento dos trabalhos.

8.5. Havendo suspensão dos trabalhos, o Presidente da Comissão informará, com um mínimo 24h (vinte e quatro horas) de antecedência, o dia, hora e local em que serão reiniciados os trabalhos, ficando cientes, desde logo, as licitantes presentes e fazendo a comunicação direta, por meio eletrônico de comunicação à distância aos que indicaram representantes e aos que se ausentaram após abertura da sessão.

8.6. Serão desclassificadas as propostas que:

- a) Estejam em desacordo com o edital.
- b) Contenham emendas ou rasuras.
- c) Contenham preços manifestamente inexequíveis.
- d) Contenham cotação superior ao preço máximo global estabelecido.

8.6.1. Quando todos os licitantes forem inhabilitados ou todas as propostas forem desclassificadas, a Administração poderá fixar aos licitantes o prazo de 08 (oito) dias úteis para apresentação de nova documentação ou de outras propostas escoimadas das causas que originaram a inhabilitação ou desclassificação.

8.7. Será inhabilitada a empresa que não apresentar toda a documentação exigida no Capítulo 7 deste Edital, bem como, a empresa cujo ramo de atividade não seja pertinente ao objeto da presente licitação.

8.8. Sendo o ofertante do menor preço não enquadrado como microempresa ou empresa de pequeno porte, verificar-se-á a ocorrência de empate ficto, na hipótese em que o preço ofertado por 01 (uma) ou mais microempresas ou empresas de pequeno porte for até 10% superior ao menor preço efetivo.

8.9. Na hipótese de o melhor classificado ser microempresa e empresa de pequeno porte, fica inviabilizada a regra do item anterior.

8.10. Verificada a ocorrência de empate ficto, dar-se-á oportunidade para que as microempresas ou empresas de pequeno porte apresentem, em até 15 (quinze) minutos, nova proposta de preço que deverá ser inferior à proposta considerada vencedora para o certame. Na eventual ausência do representante legal, caberá ao Presidente da Comissão, convocá-lo para se manifestar em 24h (vinte e quatro horas).

8.11. A microempresa ou empresa de pequeno porte melhor classificada nesta etapa do certame deverá, encerrada a mesma, com base na proposta apresentada, encaminhar proposta readequando o valor, em até 24h (vinte e quatro horas), à Divisão de Licitações do Departamento do Patrimônio, via fac-símile ou e-mail.

8.12. O descumprimento do contido no item anterior sujeitará a empresa na sanção prevista no Capítulo 10, sendo convocada a próxima empresa para apresentação de nova proposta de preços, se enquadrada na condição do item 8.8.

8.13. Na recomposição final, os preços dos itens que compõem o anexo não poderão ultrapassar os valores máximos que estão fixados neste Edital, bem como, não poderá(ao) ser majorado(s) o(s) valor(es) consignado(s) na proposta inicial.

8.14. Caso a microempresa e empresa de pequeno porte melhor classificada decline do direito de ofertar proposta, serão convocadas as demais licitantes enquadradas na mesma situação cujos preços estejam no limite do empate ficto, respeitada a ordem de classificação.

8.15. Na hipótese de haver preços idênticos ofertados por microempresa ou empresa de pequeno porte, será procedido sorteio para definição da ordem final de classificação.

8.16. Ocorrendo empate entre duas ou mais propostas de menor preço, o desempate dar-se-á por sorteio, para o qual todas as licitantes empatadas são convocadas, em ato público, a ser realizado em prazo não inferior a 24h (vinte e quatro horas).

8.17. Serão devolvidos às empresas desclassificadas, os envelopes que não foram abertos, devidamente lacrados, desde que não tenha havido recurso ou após o seu julgamento, caso desprovido.

8.18. Os envelopes ficarão à disposição das empresas na Divisão de Licitações para devolução e, caso não sejam retirados em até 30 (trinta) dias após a homologação do resultado da licitação, serão destruídos, ainda lacrados, sem que de seu conteúdo se tome conhecimento.

8.19. Decorrido o prazo do item 9.1 do Capítulo 09 deste Edital, sem interposição de recurso voluntário, a Comissão de Abertura de Propostas, Habilitação Preliminar e Julgamento de Licitações nas Modalidades de Convite, Tomada de Preços e Concorrência remeterá o processo, devidamente instruído, à autoridade competente.

8.20. A homologação do julgamento caberá ao Presidente do Tribunal de Justiça, que poderá, em despacho circunstanciado e no interesse público, presentes os requisitos legais, revogar a licitação ou anulá-la na hipótese de ilegalidade, sem que caiba à licitante direito à indenização.

8.21. Toda documentação apresentada para a participação no presente certame licitatório será virtualizada e anexada ao procedimento eletrônico no sistema SEI. Os documentos apresentados serão destruídos após 30 (trinta) dias contados da publicação da homologação, caso não sejam retirados pela licitante neste prazo.

CAPÍTULO 9 – DOS RECURSOS

9.1. Caberá recurso, no prazo de 02 (dois) dias úteis a contar da intimação da decisão, nos casos de:

I - Julgamento das propostas.

II - Habilitação ou inabilitação da licitante.

III - Anulação ou revogação da licitação.

a) Não serão aceitos recursos via fac-símile, e-mail e correio. Os memoriais de recursos interpostos por escrito deverão ser protocolizados junto ao Centro de Protocolo Judiciário Estadual, Autuação e Arquivo Geral do Tribunal de Justiça- Divisão de Protocolo Administrativo, na Sede Mauá - Edifício Essensfelder – Rua Mauá, 920, piso SL, Alto da Glória, Curitiba-PR, CEP 80.030-200, que receberá um número de registro constando a data e hora de sua entrega, que valerá para fins de contagens de prazos legais, observando-se o horário das 12h (doze horas) às 18h (dezoito horas), dos dias úteis.

b) Caso os participantes não renunciem ao prazo recursal sobre os atos praticados no certame, será aberto prazo legal de 02 (dois) dias úteis para sua interposição.

9.2. O Presidente da Comissão disponibilizará aos licitantes ou Terceiros interessados o acesso aos documentos constantes do procedimento eletrônico em questão, por meio de sistema próprio.

9.2.1. Para a disponibilização, os licitantes ou Terceiros interessados deverão formalizar solicitação via e-mail para o endereço licit@tjpr.jus.br, fornecendo endereço de e-mail válido para resposta.

9.2.2. O acesso externo ficará disponível aos interessados pelo prazo de 60 (sessenta) dias corridos, contados do momento da sua disponibilização, ou até a conclusão do certame em questão.

9.3. Interposto recurso voluntário, abrir-se-á vista do mesmo às demais licitantes, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses, pelo prazo de 02 (dois) dias úteis, para contrarrazões, sobrestando-se a remessa do processo à autoridade competente.

9.4. Impugnado ou não o recurso voluntário, a Comissão de Licitações o apreciará, podendo realizar instrução complementar, e decidirá motivadamente pela manutenção ou reforma do ato recorrido, submetendo o processo à autoridade competente.

9.4.1. Da decisão que negar provimento ao recurso, caberá remessa **ex officio** à autoridade competente.

9.5. A autoridade competente fundamentará a decisão que prover o recurso voluntário para alterar o julgamento, anular ou revogar a licitação.

9.6. Os recursos intempestivos não serão conhecidos.

9.7. É facultado a qualquer licitante formular manifestações ou protestos, por escrito, relativamente a outra licitante ou ao transcurso da licitação, para que constem da ata dos trabalhos, entretanto, qualquer conduta caracterizada como prejudicial ao certame licitatório, poderá ser considerada como incursa no preceito do artigo 335 do Decreto-Lei nº 2.848/40 (Código Penal).

9.8. Caberá representação, no prazo de 02 (dois) dias úteis da ciência ou intimação da decisão relacionada com o objeto da licitação, da qual não caiba recurso hierárquico.

9.9. As instâncias administrativas, nos processos de licitação, são as previstas na legislação específica dos órgãos ou entidades promotoras.

CAPÍTULO 10 – DAS PENALIDADES

10. A licitante que incorrer em infrações administrativas sujeitar-se-á às seguintes sanções:

a) advertência;

b) multa, na forma prevista neste instrumento convocatório, com relação às infrações previstas neste edital, cometidas no processo licitatório;

c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração do Tribunal de Justiça, por prazo não superior a 02 (dois) anos, ressalvada a hipótese do artigo 155 da Lei Estadual nº 15.608/07, quando os efeitos serão estendidos aos demais órgãos e entidades do Estado;

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, por prazo não superior a 5 (cinco) anos;

e) sanções previstas na minuta contratual às infrações cometidas na fase de execução contratual;

f) Descredenciamento do sistema de registro cadastral.

10.2. A sanção de advertência, suspensão e inidoneidade poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

10.3. Advertência é a sanção aplicada por conduta que prejudique o andamento do procedimento de licitação.

10.4. Ficam estipuladas as seguintes multas:

10.4.1 multa de 0,1% (zero virgula um por cento) a 10% (dez por cento) do valor total estimado no edital para o(s) item(ns) objeto da proposta, nas hipóteses:

10.4.1.1 a quem, quando solicitado, não entregar a documentação exigida para o certame, deixar de apresentar documento na fase de saneamento ou pré-contratual;

10.4.1.2 por não manter a proposta, deixar de assinar a ata de registro de preços, contrato, aceitar ou retirar instrumento equivalente;

10.4.1.3 por apresentar declaração falsa e/ou documento falso;

10.4.1.4 por fazer declaração falsa na fase de habilitação;

10.4.2 multa de 0,1% (zero virgula um por cento) a 10% (dez por cento) do valor do pedido por deixar de assinar o contrato, aceitar ou retirar instrumento equivalente decorrente da ata de registro de preços;

10.5. Fica estipulada a suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração por até 2 (dois) anos, na hipótese de:

10.5.1. Recusa injustificada, após ser considerada adjudicatária, em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela Administração;

10.5.2. Não manter sua proposta;

10.5.3. O licitante vencedor não reunir os requisitos de habilitação necessários à sua contratação, nos termos do §3º do art. 84 da Lei nº 15.608/07.

10.6. Nas hipóteses do item 10.5.3, será aplicada cumulativamente multa de 0,1% (zero vírgula um por cento) a 10% (dez por cento) do valor total estimado no edital para o(s) item(ns) objeto da proposta.

10.7. A aplicação da sanção nas hipóteses previstas no item 10.5 deve observar o prazo de duração de no máximo 02 (dois) anos e impede a participação da sancionada em procedimentos promovidos pelo Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, observado o disposto no art. 158 da Lei Estadual nº 15.608/07.

10.7.1. Quando a participante for punida com a suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, durante o prazo de vigência de igual sanção imposta por pessoa da mesma esfera político-administrativa, ficará proibida de participar de procedimentos de contratação promovidos por todas as entidades estatais e órgãos do Estado, por prazo não superior ao maior prazo remanescente daquela anterior, nos termos do art. 155 da Lei Estadual nº 15.608/07.

10.8. A declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com o Tribunal de Justiça do Estado do Paraná e a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição por até 5 (cinco) anos, será aplicada nas hipóteses em que o licitante:

10.8.1. Fizer declaração falsa na fase de habilitação;

10.8.2. Apresentar documento falso;

10.8.3. Frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o procedimento;

10.8.4. Afastar ou procurar afastar participante, por meio de violência, grave ameaça, fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo;

10.9. A conduta que seja considerada comportamento inidôneo e que não se enquadre em qualquer das condutas dispostas no presente capítulo estarão sujeitas às penas do artigo 7º da Lei Federal nº 10.520/02.

10.10. Na aplicação das penalidades será considerada as circunstâncias do artigo 160 da Lei Estadual nº 15.608/07.

10.10.1. A reincidência se caracteriza com a repetição de infração de igual natureza, cometida após a aplicação da sanção anterior, em qualquer licitação promovida por este Tribunal de Justiça, e será apurada no período máximo de cinco anos.

10.11. As penalidades de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública e a suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração têm os seus efeitos estendidos:

10.11.1. Às pessoas físicas que constituíram a pessoa jurídica, as quais permanecem impedidas de licitar com a Administração Pública enquanto perdurarem as causas de penalidade, independentemente de nova pessoa jurídica que vierem a constituir ou de outra em que figurarem como sócios (art. 158, I da Lei Estadual 15.608/07);

10.11.2. Às pessoas jurídicas que tenham sócios comuns com as pessoas físicas referidas no item anterior (art. 158, II da Lei Estadual 15.608/07).

10.12. Caso a licitante incorra em uma das condutas elencadas no presente capítulo, será instaurado procedimento administrativo autônomo para apuração da irregularidade a aplicação de sanções, onde será assegurada a ampla defesa e o contraditório, observado o disposto nos artigos 161 e 162 da Lei Estadual nº 15.608/07 e o Decreto Judiciário nº 711/11 e alterações posteriores.

10.12.1. As intimações serão feitas preferencialmente por meio eletrônico, no SISTEMA SEI, nos termos do Decreto nº 711/2011.

10.12.2. Após a regular tramitação do procedimento descrito no *caput* e, havendo a aplicação da penalidade de multa, a empresa será notificada para o pagamento.

10.12.2.1. Transcorrido o prazo para o pagamento da multa sem o seu adimplemento o Tribunal de Justiça poderá compensar o valor devido com qualquer crédito existente nesta ou em outra contratação.

10.13. Qualquer multa ou encargo imputado à empresa, não pago no prazo concedido pela Administração, será inscrito no CADIN Estadual e em Dívida Ativa do Estado e cobrado com base na Lei Federal nº 6.830/80, sem prejuízo da correção monetária pelo IPC-FIPE ou outro índice que porventura venha a substituí-lo.

10.14. As disposições do Capítulo de Penalidades não excluem a responsabilização da licitante por eventuais atos lesivos previstos na Lei Federal nº 12.846/13 e demais legislações, bem como a responsabilidade de indenização suplementar em caso de perdas e danos decorrente da conduta.

10.15. Quando a conduta da empresa acarretar na frustração do certame deverá ressarcir o Tribunal de Justiça no valor correspondente ao custo do processo de licitação, sem embargo de indenização suplementar caso o prejuízo exceda à referida quantia.

CAPÍTULO 11 – DO CONTRATO

11.1. As obrigações decorrentes desta Licitação a serem firmadas entre o Tribunal de Justiça e a licitante vencedora, serão formalizadas por meio de contrato (modelo em anexo), observando-se as condições estabelecidas neste edital e na legislação vigente. Integram o contrato a proposta da empresa e demais documentos técnicos constantes do edital.

11.2. A empresa vencedora será regularmente convocada para assinar o termo do contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo de cinco (05) dias úteis, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das penalidades previstas em Lei e neste edital.

11.3. O prazo da convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado durante o seu transcurso pela parte e desde que ocorra motivo justificado aceito pelo Tribunal de Justiça.

11.4. Em caso de recusa ou impossibilidade da licitante vencedora em assinar o termo do contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, executar o objeto, ou quando a mesma não fizer a comprovação referida no item anterior, o Tribunal de Justiça adotará as providências cabíveis à imposição de sanção, bem como convocará as licitantes remanescentes, respeitada a ordem de classificação, para contratar com a Administração, no prazo previsto no edital e nas condições propostas pela primeira licitante convocada.

11.5. A empresa vencedora do certame, após a assinatura do contrato, deverá apresentar composição de custos unitários de todos os serviços necessários à execução completa dos projetos e especificações técnicas, sendo que eventuais incorreções deverão ser corrigidas pela CONTRATADA como condição para liberação da primeira parcela, nos termos da respectiva cláusula da minuta contratual (modelo em anexo);

11.6. As composições unitárias de cada serviço deverão discriminar todos os insumos (materiais e mão-de-obra) e equipamentos necessários para a execução dos trabalhos, que deverão conter: a unidade do insumo; o consumo para produção de uma unidade do serviço acabado; o custo unitário; e o custo total de cada insumo, conforme modelos referenciais em anexo.

CAPÍTULO 12 – DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

12.1. A **CONTRATADA** está sujeita às obrigações descritas na respectiva cláusula da minuta contratual (modelo em anexo), cuja observância é imprescindível para apresentação da proposta.

CAPÍTULO 13 - DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

13.1. A **CONTRATADA** deverá prestar a caução referida na respectiva cláusula da minuta do contratual (modelo em anexo) em até 10 (DEZ) dias a partir da assinatura do mesmo, destinada a assegurar o cumprimento das normas da presente licitação, a boa e fiel execução do contrato e o pagamento de eventuais multas, devendo a mesma **vigorar** até 06 meses após o Recebimento Definitivo da obra/serviço ou rescisão contratual.

CAPÍTULO 14 - DO REAJUSTE

14.1. Os valores dos serviços pendentes de execução, de acordo com o cronograma físico-financeiro, poderão ser reajustados após o decurso de 12 meses contados da data de apresentação da proposta, pelo Índice Nacional de Custo da Construção – Disponibilidade Interna (INCC-DI), divulgado pela Fundação Getúlio Vargas – FGV, a partir do requerimento da **CONTRATADA**, nos termos da respectiva cláusula da minuta contratual.

CAPÍTULO 15 – DO GERENCIAMENTO E FISCALIZAÇÃO

15.1. O gerenciamento e a fiscalização dar-se-ão em conformidade com o descrito na respectiva cláusula da minuta contratual (modelo em anexo).

CAPÍTULO 16 – DO PAGAMENTO

16.1. O pagamento será efetuado em conformidade com o descrito na respectiva cláusula da minuta contratual (modelo em anexo).

CAPÍTULO 17 – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

17.1. As despesas decorrentes da contratação de empresa para a **EXECUÇÃO DE PERGOLADO NA PRAÇA DO PALÁCIO DA JUSTIÇA** ficarão à conta da dotação orçamentária do *Departamento Econômico e Financeiro – DEF* do exercício de 2013, estando os valores estimados bloqueados através do elemento 4.4.90.52.51 – denominado Despesas de Capital – Equipamentos e material permanente – Peças não incorporáveis a imóveis.

CAPÍTULO 18 – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

18.1. Recomenda-se à(s) licitante(s) interessada(s) a vistoria no imóvel onde serão realizados os serviços para melhor formulação de suas propostas de acordo com as necessidades locais, com vistas à efetiva prestação dos serviços.

18.2. A visita poderá ser realizada até 02 (dois) dias úteis antes da data de abertura do certame, mediante hora marcada. As solicitações de agendamento para realização da visita técnica devem ser encaminhadas ao e-mail visitatecnica@tjpr.jus.br, observando-se o prazo de 48h (quarenta e oito horas) para envio de confirmação pelo Tribunal de Justiça.

18.3. A empresa vencedora, não poderá eximir-se da responsabilidade assumida com a apresentação da proposta, nem do fiel cumprimento do contrato, alegando desconhecimento do imóvel em questão, ou das condições e peculiaridades do mesmo.

18.4. É facultado à Comissão ou autoridade competente, promover diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, em qualquer fase da licitação, sendo vedada a inclusão posterior de documento que deveria constar originariamente da proposta, salvo prerrogativa conferida às microempresas e empresas de pequeno porte, por força da Lei Complementar nº 123/06.

18.5. A Comissão poderá relevar erros formais ou simples omissões em quaisquer documentos, para fins de habilitação e classificação do proponente, desde que sejam irrelevantes, não alterem os parâmetros da proposta e o ato não acarrete violação aos princípios básicos da licitação.

18.6. Ao Tribunal de Justiça, por razões de interesse público previamente justificadas, é reservado o direito de paralisar ou suspender, a qualquer tempo, o objeto da presente licitação, mediante pagamento único e exclusivo dos trabalhos já executados, por ajuste entre as partes.

18.7. O Presidente do Tribunal de Justiça poderá revogar a licitação, por juízo de conveniência e oportunidade, ou anulá-la por vício de legalidade, conferindo às licitantes prévio exercício do direito ao contraditório e ampla defesa.

18.8. Na hipótese de procedimento judicial, fica eleito o Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, para dirimir eventuais pendências oriundas da presente licitação, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

18.9. O Tribunal de Justiça informa às licitantes que os dados pessoais e dados pessoais sensíveis apresentados no procedimento licitatório receberão o tratamento de acordo com a Lei Federal nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados), Lei Federal nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação) e Lei Estadual nº 16.595/2010, visando o atendimento do interesse público.

Curitiba, 21 de junho de 2021.

Engº REGINALDO MENDES JUNIOR

Diretor do Departamento de Engenharia e Arquitetura

ANEXOS QUE INTEGRAM O PRESENTE EDITAL:

Anexo I	-	Modelo de Procuração (Capítulo 4 - Da Participação - item 4.2, letra "a");
Anexo II	-	Modelo de indicação de meios de comunicação à distância (Capítulo 6 - Da Proposta - item 6.9);
Anexo III		Modelo de declaração de que a empresa cumpre plenamente os requisitos de habilitação (Capítulo 6 - Da Proposta – primeiro invólucro, item 6.1, letra "b");
Anexo IV		Modelo de declaração para microempresa e empresa de pequeno porte (Capítulo 6 - Da Proposta - primeiro invólucro, item 6.7);
Anexo V	-	Modelo de declaração que deverá constar no envelope de habilitação (Capítulo 07 – Da Habilitação, item 7.1.1., letra "c");
Anexo VI	-	Modelo de termo de nomeação (Capítulo 07 – Da Habilitação, item 7.1.4, letra "a" e "d").
Anexo VII	-	Modelo de proposta de Preços
Anexo VIII	-	Declaração de que renuncia expressamente ao direito ao prazo recursal (FACULTATIVA) – primeira fase – (Capítulo 05 – Do Recebimento e Abertura dos Envelopes, item 5.7).
Anexo IX	-	Declaração de que renuncia expressamente ao direito ao prazo recursal (FACULTATIVA) – segunda fase – (Capítulo 05 – Do Recebimento e Abertura dos Envelopes, item 5.7);
Anexo X	-	Minuta do Contrato
Anexo XI	-	Composições de BDI – serviços de engenharia
Anexo XII	-	Modelo de composições de BDI – serviços de engenharia
Anexo XIII	-	Composições de BDI - fornecimento e instalação de equipamentos
Anexo XIV	-	Modelo de composições de BDI – fornecimento e instalação de equipamentos
Anexo XV	-	Composições de BDI – diferenciado
Anexo XVI		Modelo de composições de BDI – diferenciado
Anexo XVII		Composição Encargos Sociais
Anexo XVIII	-	Modelo de composição de Encargos Sociais
Anexo XIX	-	Modelo composição custos unitários
Anexo XX	-	Metodologia para concessão de aditivos
Anexo XXI		ELEMENTOS TÉCNICOS - Planilha Quantitativa de Serviços, Projeto, Planilha Composição BDI, Encargos Sociais, Termo de Referência e demais documentos.

ANEXO I – MODELO DE PROCURAÇÃO

AO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO PARANÁ

COMISSÃO DE ABERTURA DE PROPOSTAS, HABILITAÇÃO PRELIMINAR E JULGAMENTO DE LICITAÇÕES NAS MODALIDADES DE CONVITE, TOMADA DE PREÇOS E CONCORRÊNCIA

CONVITE Nº 03/2021

Pelo presente, autorizo(amos) o(a) Sr.(a) _____, portador(a) da carteira de identidade RG nº _____, a participar do procedimento licitatório supra referenciado, na qualidade de representante de nossa Empresa.

Outorgo(amos) à pessoa supramencionada amplos poderes para praticar todos atos inerentes ao certame licitatório na modalidade **Convite nº 03/2021**, em especial para manifestar desistência dos prazos recursais.

Estou(amos) ciente(s), de que responderei(emos) em Juízo ou fora dele, se for o caso, por todos os atos que venham a ser praticados por este nosso Representante.

_____, ____ de _____ de 2021.

Nome e Assinatura do Representante

Nome:

RG:

Cargo:

Observações:

- 1) A presente deverá ser assinada pelo Diretor ou Representante Legal da Empresa, desde que a participação não seja pelo próprio titular ou titulares (Diretores), comprovado por instrumento próprio na data da Licitação;
- 2) A validade do presente documento é de um (01) mês, contado da data de sua assinatura.

**ANEXO II - MODELO DE INDICAÇÃO DE
MEIOS DE COMUNICAÇÃO A DISTÂNCIA**

**COMISSÃO DE ABERTURA DE PROPOSTAS, HABILITAÇÃO PRELIMINAR E JULGAMENTO DE
LICITAÇÕES NAS MODALIDADES DE CONVITE, TOMADA DE PREÇOS E CONCORRÊNCIA**

CONVITE Nº 03/2021

Empresa _____, C.N.P.J. nº _____, indica
para os devidos fins, os seguintes meios de comunicação a distância:

Com relação à empresa licitante:

Endereço:
Telefone:
Fac-símile:
Endereço eletrônico:

Com relação a este Representante:

Endereço:
Telefone:
Fac-símile:
Endereço eletrônico:

_____, ____ de _____ de 2021.

Nome e Assinatura do Representante

Nome:

RG:

Cargo:

Observação:

É dever do representante zelar pelo gerenciamento e manutenção dos registros das informações acima.

ANEXO III – MODELO DE DECLARAÇÃO**D E C L A R A Ç Ã O**

(MODELO)

Empresa _____, C.N.P.J. nº _____,
declara para os devidos fins, sob as penas da Lei, que cumpre plenamente os requisitos de
habilitação.

_____, ____ de _____ de 2021.

Nome e Assinatura do Representante

Nome:

RG:

Cargo:

Observações:

- 1.A validade do presente documento é de um (01) mês, contado da data de sua assinatura;
2. Caso a proponente deseje usufruir das prerrogativas conferidas pela Lei Complementar nº 123/07, deverá fazê-lo nesta ocasião (item 6.7.1 – Capítulo 6).

**ANEXO IV - MODELO DE DECLARAÇÃO PARA MICROEMPRESA
E EMPRESA DE PEQUENO PORTE**

**COMISSÃO DE ABERTURA DE PROPOSTAS, HABILITAÇÃO PRELIMINAR E JULGAMENTO DE
LICITAÇÕES NAS MODALIDADES DE CONVITE, TOMADA DE PREÇOS E CONCORRÊNCIA**

CONVITE Nº 03/2021

nº _____, inscrita no CNPJ sob
nº _____, por intermédio de seu representante legal Sr. (a)
_____, portador(a) da Carteira de Identidade nº
_____ e do CPF nº _____, DECLARA, sob as penas da Lei,
que cumpre os requisitos legais para a qualificação como microempresa ou empresa de
pequeno porte, nos termos da legislação vigente, bem como atende às determinações da
Instrução Normativa nº 103/07 do Departamento Nacional de Registro do Comércio – DNRL,
para fins de enquadramento na condição de microempresa/empresa de pequeno porte.

_____, de _____ de 2021.

Nome e Assinatura do Representante

Nome:

RG:

Cargo:

Obs.: A validade do presente documento é de 01 (um) mês, contado da data de sua
assinatura.

ANEXO V – MODELO DE DECLARAÇÃO



Estado do Paraná

D E C L A R A Ç Ã O

(MODELO)

Empresa _____, C.N.P.J. nº _____, declara para os devidos fins, sob as penas da Lei, em especial o art. 299 do Código Penal Brasileiro, que:

a) a proposta apresentada foi elaborada de maneira independente, e o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato do certame, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;

b) a intenção de apresentar a proposta elaborada para participar da licitação não foi informada, discutida ou recebida de qualquer outro participante potencial ou de fato do certame, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;

c) não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato do certame quanto a participar ou não da licitação;

d) o conteúdo da proposta apresentada não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado ou discutido com qualquer outro participante potencial ou de fato do certame antes da adjudicação do objeto da licitação;

e) o conteúdo da proposta apresentada não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer integrante do Tribunal de Justiça do estado do Paraná antes da abertura oficial das propostas;

f) permanecem imutáveis as condições de cadastramento relativas à regularidade para com o erário Federal, Estadual e Municipal;

g) não utiliza a mão-de-obra direta ou indireta de menores de dezoito (18) anos para a realização de trabalhos noturnos, perigosos ou insalubres, bem como não utiliza, para qualquer trabalho, mão-de-obra direta ou indireta de menores de dezesseis (16) anos, exceto na condição de aprendiz a partir de quatorze (14) anos, conforme determinação Constitucional;

h) não irá contratar para prestação do serviço, objeto deste certame, empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados ao Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, em face da vedação estabelecida pela Resolução nº 09/05 do Conselho Nacional de Justiça;

i) não possui em seu quadro societário cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos magistrados ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação, em face da vedação estabelecida pela Resolução nº 229/16 do Conselho Nacional de Justiça;

j) está plenamente ciente de que a existência de registro no CADIN ESTADUAL impede a contratação com este Tribunal de Justiça, nos termos do disposto na Lei Estadual nº. 18.466/2015;

k) está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la; e

l) em cumprimento ao disposto no inc. I do art. 7º da Lei nº 13.709/2018, por meio de seu representante legal, **DECLARA para os fins do presente procedimento licitatório, que consente e concorda com o tratamento e divulgação de seus dados pessoais (nome, RG e CPF) para finalidade específica, em conformidade com a Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados) e em atendimento a Lei nº 12.527/2011 e ao princípio constitucional da publicidade.**

Em _____ de _____ 2021.

Nome e C.P.F. do representante legal

Obs. A validade do presente documento é de um (01) mês, contado da data de sua assinatura.

ANEXO VI – TERMO DE NOMEAÇÃO**TERMO DE NOMEAÇÃO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO PARANÁ****CONVITE Nº 03/2021.**

Atendendo a determinação das letras “a”, “d” e “e”, do item 7.1.4 do Capítulo 07 – Da Habilitação, a empresa _____, inscrita no CNPJ sob nº _____, declara para os devidos fins que os profissionais abaixo relacionados serão os responsáveis pela **EXECUÇÃO DE PERGOLADO NA PRAÇA DO PALÁCIO DA JUSTIÇA**.

Habilitação	Nome	Área	CREA/ CAU	Vínculo	Assinatura
Coordenador					
Responsável pelas Obras Civis e Execução do Pergolado					

Declara, ainda, que se houver modificação do quadro, o Tribunal de Justiça será imediatamente comunicado, sendo que o substituto deverá apresentar o acervo mínimo exigido na licitação e aceito pelo **CONTRATANTE**.

Os profissionais acima nominados firmam a presente declaração, comprometendo-se a participar permanentemente, pela empresa, dos serviços objeto da licitação, cientes e de acordo com as cláusulas expressas na minuta do contrato, ao qual sujeitam-se em conformidade com as condições estabelecidas no presente Edital.

_____, ____ de _____ de 2021.

Nome e Assinatura do Representante

Nome:

RG:

Cargo:

ANEXO VII – MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

Razão Social da Proponente:
C.N.P.J.:
Endereço:
Telefone:
Nome do Representante Legal:

PROPOSTA DE PREÇOS (ENVELOPE Nº 1):

1) Pela presente, declaro inteira submissão aos preceitos legais em vigor, especialmente os da Lei Estadual nº 15.608/07 e às cláusulas e condições para o CONVITE Nº 03/2021.

2) Proponho **EXECUÇÃO DE PERGOLADO NA PRAÇA DO PALÁCIO DA JUSTIÇA** de acordo com o especificado no edital – pelo preço total a seguir indicado, obedecendo às condições do ato convocatório e asseverando que em caso de divergência dos preços apresentados em algarismo e por extenso, prevalecerá este último.

3) O valor global da presente proposta é de R\$ _____ (_____). O percentual de desconto obtido em relação ao valor máximo global será aplicado linearmente sobre a Planilha Quantitativa Referencial constante do Anexo XX, quando cabível.

4) Para a apresentação desta proposta, foram utilizados os seguintes percentuais:

4.1) Taxa de BDI de ...xx,xx% para os serviços de engenharia;

4.2) Taxa de BDI para fornecimento e instalação de equipamentos de ...xx,xx%;

4.3) Encargos Sociais de ...xx,xx%.

5) Prazo de **EXECUÇÃO DE PERGOLADO NA PRAÇA DO PALÁCIO DA JUSTIÇA** é de 30 (trinta) dias.

_____, ____ de _____ de 2021.

Nome e Assinatura do Representante

Nome:

RG:

Cargo:

ANEXO VIII – MODELO DE DECLARAÇÃO

D E C L A R A Ç Ã O

(MODELO)

Empresa _____, C.N.P.J. nº _____,
declara para os devidos fins que, se classificada for na **primeira fase** do procedimento
licitatório na modalidade de **Convite nº 03/2021**, renuncia expressamente ao direito ao prazo
recursal.

_____, ____ de _____ de 2021.

Nome e Assinatura do Representante

Nome:

RG:

Cargo:

- Observação:

É **facultada** a empresa participante a apresentação da declaração de renúncia ao prazo
recursal referente à fase classificatória (proposta comercial), a qual **deverá estar inserida no
envelope nº 01 – PROPOSTA COMERCIAL**.

ANEXO IX – MODELO DE DECLARAÇÃO

D E C L A R A Ç Ã O

(MODELO)

Empresa _____, C.N.P.J. nº _____,
declara para os devidos fins que, se habilitada for na **segunda fase** do procedimento
licitatório na modalidade de **Convite nº 03/2021**, renuncia expressamente ao direito ao prazo
recursal.

_____, ____ de _____ de 2021.

Nome e Assinatura do Representante

Nome:

RG:

Cargo:

- Observação:

É **facultada** a empresa participante a apresentação da declaração de renúncia ao prazo
recursal referente à fase de habilitação, **a qual deverá estar inserida no envelope nº 02 –
HABILITAÇÃO.**

ANEXO X – MINUTA DE CONTRATO

CONTRATO DE EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL QUE ENTRE SI FAZEM O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ E A EMPRESA, PARA A EXECUÇÃO DE PERGOLADO NA PRAÇA DO PALÁCIO DA JUSTIÇA.

Na data da última assinatura eletrônica constante neste documento, nesta cidade de Curitiba, capital do Estado do Paraná, na Avenida Cândido de Abreu, Palácio da Justiça, sede do PODER JUDICIÁRIO, Centro Cívico, o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, inscrito no CNPJ do Ministério da Fazenda sob nº 77.821.841/0001-94, representado neste ato por seu Presidente, Excelentíssimo Senhor Desembargador, doravante denominado CONTRATANTE, e de outro lado a empresa, daqui por diante denominada CONTRATADA, estabelecida na cidade de, na rua, inscrita no CNPJ do Ministério da Fazenda sob nº, legalmente representada pelo Senhor, portador da Carteira de Identidade nº e CPF nº, residente e domiciliado em, na rua, firmam o presente contrato para **EXECUÇÃO DE PERGOLADO NA PRAÇA DO PALÁCIO DA JUSTIÇA**, mediante as cláusulas e condições adiante discriminadas:

DO OBJETO

CLÁUSULA PRIMEIRA: A CONTRATADA realizará **EXECUÇÃO DE PERGOLADO NA PRAÇA DO PALÁCIO DA JUSTIÇA**, pelo regime de empreitada por preço global, em conformidade com as especificações, projetos e demais documentos técnicos anexos ao Edital de XXXX nº XX/XXXX e constantes do expediente protocolado na Secretaria do TRIBUNAL DE JUSTIÇA sob nº XXXXXXXXXX que passam a integrar o presente contrato.

§ Primeiro: São designados como responsáveis técnicos para execução dos serviços objeto do presente contrato os profissionais relacionados Termo de Nomeação constante nas fls. _____ e os profissionais que eventualmente venham a substituí-los no decorrer do contrato, cuja substituição tenha sido devidamente autorizada pelo Diretor do Departamento de Engenharia e Arquitetura.

§ Segundo: Se houver necessidade de substituição do responsável técnico nomeado, o substituto deverá apresentar o acervo e atestados de capacidade técnica conforme exigidos no edital, a serem submetidos a análise e aprovação do CONTRATANTE.

DO PREÇO

CLÁUSULA SEGUNDA: O valor do presente contrato é de R\$ (.....) e corresponde ao preço proposto pela CONTRATADA em licitação pública convocada pela modalidade de CONVITE nº 03/2021 para a execução dos serviços constantes do orçamento quantitativo.

§ Primeiro: O valor constante do "Caput" desta cláusula será pago pelo Departamento Econômico e Financeiro – DEF, em moeda corrente e legal do País, segundo o faturamento elaborado pela CONTRATADA, após verificação, medição e aceitação por parte da fiscalização do CONTRATANTE.

§ Segundo: Somente serão pagos os serviços efetivamente executados de acordo com o cronograma físico-financeiro.

DA EXECUÇÃO

CLÁUSULA TERCEIRA: Para a execução dos serviços objeto deste contrato, a **CONTRATADA** fornecerá o equipamento, o material e a mão-de-obra necessários, realizando os serviços rigorosamente de acordo com as especificações, caderno de encargos e demais discriminações constantes de sua proposta de fls. do protocolado referido na cláusula primeira do presente ajuste.

§ Primeiro: Como condição da expedição da Ordem de Execução de Serviço, pelo Excelentíssimo Senhor Presidente do Tribunal de Justiça, a **CONTRATADA** deverá apresentar, no prazo de 10 (dez) dias após a assinatura do presente termo, os documentos previstos na Cláusula correspondente às obrigações do **CONTRATANTE**.

§ Segundo: No decorrer da execução da obra, a **CONTRATADA** submeter-se-á à fiscalização periódica do **CONTRATANTE**, o qual, se constatar qualquer irregularidade nos serviços, tomará as providências que julgar necessárias para a normalização dos mesmos, assistindo inclusive ao **CONTRATANTE** o direito de recorrer às vias judiciais ordinárias para assegurar o rigoroso cumprimento das especificações constantes do protocolado referido na cláusula primeira.

DO PRAZO DE EXECUÇÃO

CLÁUSULA QUARTA: O prazo global para a conclusão dos serviços é de 30 (trinta) dias, contado a partir do recebimento da Ordem de Execução de Serviço, ou da data nele estabelecida.

§ Primeiro: Os prazos de início de execução, de conclusão e de entrega e de vigência admitem prorrogação, mantidas as demais cláusulas do contrato e assegurada a manutenção de seu equilíbrio econômico-financeiro, desde que ocorram alguns dos seguintes motivos:

I- alteração, pelo **CONTRATANTE**, do projeto ou especificações;

II- superveniência de fato excepcional, imprevisto ou imprevisível, estranho à vontade das partes, que altere fundamentalmente as condições de execução do contrato;

III- interrupção da execução do contrato ou diminuição do ritmo de trabalho por ordem e no interesse do **CONTRATANTE**;

IV- aumento das quantidades inicialmente previstas no contrato, nos limites permitidos por Lei;

V- impedimento de execução do contrato por fato ou ato de terceiro reconhecido pelo **CONTRATANTE** em documento contemporâneo à sua ocorrência;

VI- omissão ou atraso de providências a cargo do **CONTRATANTE**, inclusive quanto aos pagamentos previstos, de que resulte, diretamente, impedimento ou retardamento na execução do contrato.

§ Segundo: Toda prorrogação/suspensão de prazo deverá ser justificada por escrito e previamente autorizada pelo **CONTRATANTE**, por intermédio da autoridade competente para celebrar o contrato.

§ Terceiro: Os critérios para aceitabilidade de prorrogação de prazo são os determinados no Anexo XX do Edital.

DA ALTERAÇÃO

CLÁUSULA QUINTA: O presente contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:

I- Unilateralmente, pelo **CONTRATANTE**:

a) Quando houver necessidade de modificação do projeto ou das especificações para melhor adequação técnica aos seus objetivos;

b) Quando necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou supressão quantitativa dos serviços a serem executados, dentro dos limites previstos pelo parágrafo primeiro desta cláusula.

II- Por acordo entre as partes :

- a) Quando conveniente a substituição da garantia de execução exigida;
- b) Quando necessária a modificação do regime de execução da obra, em face de verificação técnica da inaplicabilidade dos termos contratuais originários;
- c) Quando necessária a modificação da forma de pagamento, por imposição de circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial, vedada a antecipação do pagamento sem a correspondente contraprestação (execução dos serviços);
- d) Para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos da **CONTRATADA** e a retribuição da Administração para a justa remuneração da obra/serviços, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico e financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual.
- § Primeiro: A **CONTRATADA** fica obrigada a aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem na obra, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial do contrato.
- § Segundo: No caso de supressão de serviços, se a **CONTRATADA** já houver adquirido os materiais e posto no local dos trabalhos, estes deverão ser pagos pelo **CONTRATANTE** pelos custos efetivos de aquisição, regularmente comprovados e monetariamente corrigidos.
- § Terceiro: Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridas após a data da apresentação da proposta, de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão na revisão destes para mais ou para menos, conforme o caso.
- § Quarto: Em havendo alteração unilateral do presente contrato que aumente os encargos da **CONTRATADA**, o **CONTRATANTE** deverá restabelecer, por aditamento, o equilíbrio econômico-financeiro inicial.
- § Quinto: Os critérios para aditamento contratual são os determinados no Anexo XX do Edital

DO PAGAMENTO

CLÁUSULA SEXTA: O pagamento dar-se-á pelo Departamento Econômico Financeiro/Fundo de Reequipamento do Poder Judiciário - FUNREJUS, em moeda corrente e legal do país, pelos serviços efetivamente executados, de acordo com a etapa do **cronograma físico-financeiro, índices de desembolso referencial e obrigações pertinentes a cada etapa** apresentados pela **CONTRATADA**, após verificação, medição e aceitação dos serviços e sua compatibilização por parte da fiscalização do **CONTRATANTE**.

- § Primeiro: A cada vistoria, os serviços executados serão examinados, rejeitando-se aqueles que não satisfaçam às exigências legais e técnicas, não atendam às necessidades ou contrariarem os projetos ou especificações. Para os serviços não aceitos, será concedido prazo para refazimento.
- § Segundo: A **CONTRATADA** deverá notificar o **CONTRATANTE** através de **Requerimento de Medição** quando esta considerar os serviços previstos para a etapa como cumpridos integralmente, para que no prazo de 21 (vinte e um) dias úteis seja constatada "in loco" pelo Fiscal da obra, a efetiva realização dos mesmos, devidamente anotado no diário de obras.
- § Terceiro: Constatada a efetiva realização dos serviços, o Fiscal da obra emitirá a respectiva manifestação, a qual deverá autorizar ou não a emissão da nota fiscal correspondente;
- § Quarto: Caso não seja autorizada a emissão da Nota Fiscal, caberá novo **Requerimento de Medição** após decorridos 05 (cinco) dias úteis da manifestação, seguindo o trâmite do parágrafo segundo.
- § Quinto: Caso seja autorizada a emissão da Nota Fiscal pela fiscalização, a empresa deve encaminhar, **em meio digital**, o respectivo **Requerimento de Pagamento**, bem como os seguintes documentos:

- a) Nota Fiscal, a qual deverá discriminar os valores referentes a custos de mão-de-obra e de materiais;
- b) Certificado de Regularidade do FGTS (CRF);
- c) Certidão Negativa de Tributos Municipais do domicílio ou sede do licitante;
- d) Certidão Negativa de Tributos Estaduais do domicílio ou sede do licitante;
- e) Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União¹;
- f) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, expedida pelo Tribunal Superior do Trabalho.
- g) Guias da Previdência Social – GPS e respectivos comprovantes de recolhimento;
- h) Guias de Recolhimento do FGTS – GRF e respectivos comprovantes de recolhimento;
- i) Relação dos Trabalhadores constantes do Arquivo SEFIP;
- j) Folha de Pagamento Mensal e Recibos de Pagamento de Funcionários, inclusive dos responsáveis técnicos nomeados;
- k) Declaração de que possui escrituração contábil, firmada pelo contador e pelo responsável pela empresa, e que os valores apresentados encontram-se devidamente contabilizados;
- l) Relatório de Resíduos da Construção Civil, nos termos exigidos na Cláusula Oitava, alínea “q”.
- m) Certidão de Registro de Pessoa Física junto ao CREA/CAU dos profissionais nomeados como responsáveis técnicos e Certidão de Registro de Pessoa Jurídica junto ao CREA/CAU;
- n) Demonstrativo de que as ART’S de execução dos responsáveis técnicos nomeados estão ativas, obtida mediante consulta pública no site do CREA/CAU respectivo.

§ Sexto: Recebido o **Requerimento de Pagamento** em meio digital, instruído com os documentos listados no § 5º, a fiscalização da obra deverá emitir o **Atesto na Nota Fiscal**, o qual perfaz-se em atestado de que houve o adimplemento dos serviços da etapa pela **CONTRATADA**. Emitido o Atesto, o **Requerimento de Pagamento** será encaminhado para conferência jurídica e documental;

§ Sétimo: Nos termos do art. 69, inciso II, alínea *h*, da Lei Estadual nº 15.608/2007, o **CONTRATANTE** efetuará o pagamento da parcela até o 30º dia a contar da data do atestado de execução dos serviços, ou seja, da emissão do **Atesto na Nota Fiscal** emitido pela fiscalização da obra, desde que em condições jurídicas e documentais de ser(em) liberada(s), observada a Instrução Normativa nº 05/2017-TJPR.

§ Oitavo: Na eventualidade de a empresa contratada apresentar **Requerimento de Medição** ou **Requerimento de Pagamento** sem condições de processamento e em desacordo com o disposto neste Capítulo, será notificada para sanar as pendências encontradas no prazo improrrogável de 03 (três) dias úteis, sob pena de abertura de procedimento administrativo por descumprimento de Cláusula Contratual.

§ Nono: **Somente serão pagas medições integrais executadas de acordo com o previsto no cronograma físico-financeiro;**

§ Décimo: Deverão ser encaminhadas as guias de todas as competências vencidas durante a execução de cada etapa dos serviços.

§ **Décimo Primeiro:** As certidões negativas deverão estar vigentes no momento da liberação do pagamento e as obtidas pela internet estão sujeitas à verificação de validade e autenticidade.

§ **Décimo Segundo:** Para liberação de cada parcela do cronograma físico-financeiro a **CONTRATADA** deve observar as obrigações que devem ser cumpridas na respectiva etapa.

§ **Décimo Terceiro:** Quando da apresentação da fatura concernente à obra, a **CONTRATADA** deverá discriminar os valores referentes a custos de mão-de-obra e de materiais.

¹ De acordo com a Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 02/10/2014, a qual abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

§ Décimo Quarto: Tendo em vista a IN nº 001/2019 –DTE/SEFA, o Estado do Paraná não possui convênio com a receita Federal, portanto não efetuará a retenção da CSLL, COFINS e PIS/PASEP, que passarão a ser recolhidas diretamente pelos próprios credores.

DAS OBRIGAÇÕES

CLÁUSULA SÉTIMA: Caberá ao **CONTRATANTE**:

- a) Acompanhar e fiscalizar a execução do objeto do presente Contrato;
- b) Prestar quaisquer esclarecimentos que venham a ser formalmente solicitados pela **CONTRATADA** e pertinentes ao objeto do presente Contrato;
- c) Assegurar o livre acesso às áreas envolvidas na obra de pessoa (s) credenciada (s) pela **CONTRATADA** para a execução dos serviços necessários;
- d) Empenhar os recursos necessários, garantindo o pagamento da(s) fatura(s) em dia.
- e) Apresentar, no prazo de 10 (dez) dias após a assinatura do Contrato, as ART's do(s) profissional(is) responsável(is) pela fiscalização da obra/serviço, a serem nomeados pelo Diretor do Departamento de Engenharia e Arquitetura, devidamente quitadas.

CLÁUSULA OITAVA: Caberá à **CONTRATADA**:

a) **Apresentar até 10 (dez) dias após a assinatura do Contrato**, como condição para a expedição da ordem de execução dos serviços, os seguintes documentos:

a.1) Garantia de execução prevista na Cláusula Nona da minuta do contrato;

a.2) ART's dos profissionais de nível superior responsáveis pela execução da obra, indicados no Termo de Nomeação e dos engenheiros residentes nomeados, devidamente quitadas. Caso a empresa vencedora, bem como o(s) profissional(is) nomeado(s), seja(m) sediada e/ou domiciliados em outra jurisdição, e, conseqüentemente inscrita no CREA de origem, deverá apresentar o visto da empresa, junto ao CREA do Estado do Paraná, em conformidade com o que dispõe a Lei nº 5.194/66, em consonância com o art. 1º da Resolução nº 413/97 do CONFEA;

a.3) Demonstração do vínculo empregatício ou contratual com todos os profissionais nomeados como responsáveis técnicos na licitação, mediante cópia da CTPS, Contrato Social ou Contrato de Prestação de Serviços;

b) Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

c) Manter no local da obra a quantidade suficiente de operários divididos em quantas equipes forem necessárias para o cumprimento da obra dentro do prazo de execução, **incluindo engenheiros residentes e encarregados**.

d) manter preposto no local da obra, com poder decisório em tempo integral e com meios necessários para o exercício pleno da representação da **CONTRATADA**.

e) Absorver, na execução do contrato, egressos do sistema carcerário, e de cumpridores de medidas e penas alternativas em percentual não inferior a 2% (dois por cento), nos termos do art. 8º, parágrafo único da Resolução nº 114 CNJ. A disponibilidade de operários deve ser verificada junto ao Departamento de Execução Penal – DEPEN, da Secretaria de Estado da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos do Paraná e as contratações devem constar da folha de pagamento da **CONTRATADA**.

f) Em caso de ausência de pessoal disponível no Sistema Penitenciário, de acordo com certidão expedida pela Departamento de Execução Penal – DEPEN, da Secretaria de Estado da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos do Paraná, a **CONTRATADA** será dispensada da reserva de vagas prevista no presente contrato.

g) Submeter-se à fiscalização periódica do **CONTRATANTE**, a qual, se constatar qualquer irregularidade nos serviços, tomará as providências que julgar necessárias para a normalização dos mesmos, assistindo inclusive ao **CONTRATANTE** o direito de recorrer às vias judiciais ordinárias para assegurar o rigoroso cumprimento das especificações do objeto do presente contrato.

h) Manter no local um responsável com quem a fiscalização se reportará sobre os assuntos relativos à execução da obra, salvo aqueles que por sua natureza devam ser tratados com o Coordenador, fornecendo todas as informações e elementos necessários.

- i) Manter os dados do representante legal e da empresa (endereço, telefone, e-mail) atualizados;
- j) A completa execução da obra em todas as suas fases pelo preço constante de sua proposta, sem revisão de quantidades, obedecendo a todas as especificações constantes nos elementos técnicos descritos, bem como às normas avançadas, comprometendo-se a fornecer e aplicar na obra materiais e equipamentos novos e de primeiro uso.
- k) O pagamento dos emolumentos prescritos em lei e a observância de todas as posturas referentes aos serviços.
- l) O pagamento de todas as obrigações sociais, patronais, patrimoniais, tributárias, trabalhistas e administrativas, além dos encargos securitários, previdenciários ou de qualquer outra natureza, relativos aos empregados e aos serviços ora contratados.
- m) A responsabilidade pelas instalações e segurança da obra. A **CONTRATADA** ficará responsável, durante a execução dos serviços, por eventuais infrações de postura ou de regulamentos administrativos a que venha dar causa, não sendo o **CONTRATANTE** responsabilizado, quer por acidentes de trabalho dos empregados da **CONTRATADA**, quer por danos a terceiros, resultante da ação, omissão ou negligência da **CONTRATADA**.
- n) Cumprir todas as exigências das Leis e Normas atinentes a Segurança, Higiene e Medicina de Trabalho, fornecendo os adequados equipamentos de sinalização e proteção individual a todos os que trabalharem ou, por qualquer motivo, permanecerem na obra, bem como identificá-los adequadamente.
- o) A Contratada será responsável pelo recolhimento e destinação dos resíduos gerados na realização dos serviços, de acordo com a legislação vigente, efetuando a análise dos tipos de resíduos gerados na prestação dos serviços, a forma de seleção e acondicionamento (de acordo com sua composição), bem como sua destinação final (reutilização, reciclagem, compostagem, recuperação etc.), ou ainda, o descarte ambientalmente adequado dos materiais rejeitados (aqueles que não poderão ser reaproveitados) em aterros, devidamente licenciados/autorizados pelo poder público, observando-se as normas específicas. Os valores referentes ao recolhimento e destinação de resíduos estão discriminados na planilha orçamentária.
- o.1) A Contratada deverá apresentar mensalmente, como condição de liberação de parcela e independente de demais sanções legais e contratuais, Relatório de Resíduos da Construção Civil constando de:
 - o.1.1) a quantidade total de resíduos de obra gerados no período;
 - o.1.2) a quantidade reciclada e aproveitada no próprio canteiro de obras;
 - o.1.3) a quantidade retirada do canteiro de obras destinada a reciclagem;
 - o.1.4) a quantidade restante, transportada a outros locais, mediante CTR
- p) Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, os serviços, obras e materiais em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados.
- q) Retirar, no prazo concedido pelo **CONTRATANTE**, todo material rejeitado pela fiscalização, desmanchar e refazer imediatamente, por sua conta, o serviço que não for aceito.
- r) Manter o local limpo diariamente.
- s) Providenciar às suas custas, a realização de todos os ensaios, verificações e provas de materiais fornecidos e de serviços executados, bem como os reparos que se tornarem necessários para que os trabalhos sejam entregues em perfeitas condições.
- t) Fornecer à fiscalização da obra, **Diário de Obras** que constituirá documento hábil para comprovação, registro e avaliação de todos os fatos e assuntos relacionados e referentes à execução dos serviços, vistados diariamente por profissionais credenciados pela **CONTRATADA** e a cada vistoria pelo fiscal, devendo o mesmo ser aberto mediante termo circunstanciado, lavrado na primeira página, correspondente ao dia em que a **CONTRATADA** efetivamente iniciar os serviços, no qual obrigatoriamente registrará:
 - t.1) pessoa técnica nomeada para acompanhar a obra.
 - t.2) pessoal lotado no local de trabalho (de forma discriminada).
 - t.3) andamento da obra.
 - t.4) os acidentes ocorridos no decurso dos trabalhos.
 - t.5) outros fatos que, a seu juízo, devem ser objeto de registro.

u) O cumprimento das formalidades necessárias à execução dos serviços e demais atribuições, além do pagamento de eventuais multas impostas pelas autoridades constituídas;

v) Nos termos do art. 72 da Lei nº 8.666/93, no cumprimento do objeto do Contrato, e sem prejuízo de suas responsabilidades contratuais e legais, a **CONTRATADA** poderá subcontratar serviços relativos a instalação de sistema de ar condicionado, se o caso.

v.1) A **CONTRATADA** assumirá inteira responsabilidade pela execução dos serviços subempreitados, em conformidade com a legislação vigente de Segurança e Saúde do Trabalho, em particular as Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho.

v.2) As subcontratações de serviços não elencados no item anterior, serão admitidas, desde que fundamentadas, previamente requeridas e aprovadas pelo Departamento de Engenharia e Arquitetura do Tribunal de Justiça.

v.3) Caberá a **SUBCONTRATANTE** o acompanhamento e fiscalização das **SUBCONTRATADAS**, em especial, para que as mesmas mantenham vigentes as condições de regularidade jurídica, fiscal e técnica.

v.4) A **CONTRATADA** incluirá em todos os Contratos que vier a celebrar com os subcontratados dispositivo que permita ao **CONTRATANTE** exercer amplo acompanhamento e fiscalização da execução do objeto contratado, nos termos estabelecidos no Contrato.

v.5) A **SUBCONTRATADA** ficará responsável, durante a execução dos serviços, por eventuais infrações de postura ou de regulamentos administrativos a que venha dar causa, não sendo o **CONTRATANTE** responsabilizado, quer por acidentes de trabalho dos empregados da **SUBCONTRATADA**, quer por danos a terceiros, resultante de sua ação, omissão ou negligência.

w) Caso haja necessidade, obter junto às repartições competentes, às suas expensas, todas as licenças e autorizações necessárias à execução dos serviços contratados, bem como responder, a qualquer tempo, pelas consequências que a falta ou omissão das mesmas vierem a acarretar;

x) A **CONTRATADA** deve disponibilizar espaço físico na obra para armazenamento do mobiliário quando restarem duas parcelas do cronograma físico-financeiro a serem cumpridas, responsabilizando-se pela guarda e armazenamento dos mesmos em caso de atraso na conclusão da obra.

y) Quando da conclusão da obra:

y.1) Efetuar a limpeza do local, sem deixar qualquer detrito do material utilizado ou ocorrido com a execução dos trabalhos, devendo o local e suas adjacências estar em perfeito estado para utilização imediata;

y.2) Fornecer à fiscalização os dados técnicos de qualquer elemento ou instalação que, por motivos diversos, haja sofrido modificação no decorrer dos serviços;

y.3) A responsabilidade pela conservação e manutenção dos equipamentos instalados em pleno funcionamento até a entrega da obra, devendo o prazo de garantia vigorar até três meses após o recebimento definitivo;

y.4) Fornecer, obrigatoriamente, nos casos de obras e serviços em que haja fornecimento e instalação de bens patrimoniais permanentes móveis, como por exemplo, equipamentos de elevação vertical (plataformas), câmeras de CFTV, gravadores de imagens, switches, patch-panels, centrais de alarme, centrais de incêndio, no-breaks e outros, os seguintes itens:

- planilha detalhada (em formato *pdf* e em *excel*) contendo todos os equipamentos fornecidos, constando a descrição completa dos bens, quantidades, valor de compra, data da aquisição, data da entrega ou instalação, data do recebimento definitivo, data do início da garantia, tempo de garantia total e, se houver garantia estendida, tempo remanescente de garantia;

- manuais e demais documentos técnicos dos bens (originais e em *pdf*);

- notas fiscais de aquisição dos bens, indicando nas notas quais itens estão sendo adquiridos para o Poder Judiciário do Estado do Paraná (originais e/ou *pdf*);

DA GARANTIA

CLÁUSULA NONA: A **CONTRATADA** fica obrigada a comparecer, dentro do prazo de 10 (dez) dias após a assinatura deste contrato, a fim de efetuar junto ao **CONTRATANTE**, depósito de garantia correspondente a 5% (cinco por cento) do valor global atualizado do contrato, a título de caução de execução, respeitados os acréscimos e supressões do objeto.

- § Primeiro: A **CONTRATADA** optará por uma das modalidades elencadas no artigo 102 da Lei Estadual nº 15.608/07, quais sejam:
- a) caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, devendo estes ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda;
 - b) seguro-garantia;
 - c) fiança-bancária.
- § Segundo: Se a opção recair em Fiança Bancária, deverá constar do instrumento a expressa renúncia pelo fiador dos benefícios previstos nos artigos 827 e seguintes da Lei Federal nº 10.406, de 10.01.02 (Código Civil Brasileiro).
- § Terceiro: Os títulos oferecidos em caução não poderão estar onerados por cláusula de impenhorabilidade, intransferibilidade, nem adquiridos compulsoriamente.
- § Quarto: A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:
- a) prejuízo advindo do não cumprimento do objeto contratado;
 - b) prejuízos causados à administração, decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;
 - c) multas punitivas aplicadas pela Administração;
 - d) obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza, não honradas pela contratada;
- § Quinto: Não serão aceitas garantias em cujos termos não constem expressamente cobertura para os eventos indicados no parágrafo anterior
- § Sexto: A garantia deverá vigorar durante toda a execução do contrato e até 06 meses após o Recebimento Definitivo da obra/serviço ou rescisão contratual, devendo ser renovada e complementada, após comunicação formal à **CONTRATADA**, na mesma proporção e época de eventual aditivo, a partir de eventuais prorrogações e adições ao ajuste, tantas vezes quanto for o próprio contrato para a execução dos serviços, sob pena de aplicação de multa contratual.
- § Sétimo: No caso de haver aditivos referentes a prazo e/ou serviços, a garantia complementar será de acordo com a modalidade adotada pela **CONTRATADA** e majorada à mesma proporção do referido aditivo.
- § Oitavo: A garantia será devolvida após decorridos trinta (30) dias do término do prazo de sua vigência ou se rescindido este contrato, contados do protocolo do requerimento, desde que comprovada pela contratada a quitação de todas as verbas decorrentes de vínculo trabalhista e não haja processo administrativo em curso.
- § Nono: Sem prejuízo de aplicação das sanções que lhe couberem, o Tribunal de Justiça recorrerá à garantia constituída, a fim de ressarcir-se dos prejuízos que lhe tenha acarretado a **CONTRATADA**, podendo ainda reter créditos decorrentes do contrato.
- § Décimo: Na hipótese de não correção pela **CONTRATADA** de pendências e anormalidades verificadas na obra/serviço pelo **CONTRATANTE** e atestadas no Termo de Recebimento Provisório, o **CONTRATANTE** descontará da caução a importância correspondente.
- § Décimo Primeiro: No caso de rescisão do contrato por inadimplemento da **CONTRATADA**, será imediatamente acionada a garantia para sanar possíveis prejuízos acarretados ao **CONTRATANTE**, independente da aplicação de outras sanções.

DO GERENCIAMENTO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

CLÁUSULA DÉCIMA: A execução do contrato será objeto de acompanhamento, controle, avaliação e fiscalização por parte da equipe técnica do Departamento de Engenharia e Arquitetura do Tribunal de Justiça. Caso o **CONTRATANTE** entenda necessário, poderá ser auxiliado por empresa especializada contratada para tal fim.

- § Primeiro: Competirá aos servidores designados para acompanhar e fiscalizar a execução do contrato comunicar falhas porventura constatadas na execução dos serviços e solicitar sua correção.
- § Segundo: Quaisquer exigências da fiscalização, inerentes ao objeto do contrato, deverão ser prontamente atendidas pela **CONTRATADA**, sem ônus para o **CONTRATANTE** e nos prazos estabelecidos.
- § Terceiro: A fiscalização, exercida no interesse do **CONTRATANTE**, não exclui nem reduz a responsabilidade da **CONTRATADA**, seus agentes e prepostos, por qualquer dano que venha a causar ao **CONTRATANTE** ou a terceiros.

DO REAJUSTE

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: Os valores dos serviços pendentes de execução, de acordo com o cronograma físico-financeiro, serão reajustados após o decurso de 12 meses contados da data de apresentação da proposta, pelo Índice Nacional de Custo da Construção – Disponibilidade Interna (INCC-DI), divulgado pela Fundação Getúlio Vargas – FGV, com incidência a **partir do requerimento da CONTRATADA**.

- § Primeiro: No cálculo de reajuste, será aplicada a seguinte fórmula:

$$R = V \times \frac{(M_1 - M_0)}{M_0} \quad (1)$$

Em que:

R = Valor do Reajuste

V = Valor dos serviços pendentes de execução, após a data base;

M₁ = INCC-DI, do mês em que a data para a entrega das propostas completar 12 meses.

M₀ = INCC-DI, do mês correspondente a data da apresentação da proposta.

- § Segundo: Para determinação do Valor (**V**) dos serviços pendentes de execução serão adotadas as seguintes datas base:

a) Data de 12 meses contados a partir da data de abertura das propostas, caso o requerimento de reajuste seja anterior a esta data; **OU**

b) Data de protocolo da solicitação de reajuste, caso este seja feito após o prazo de 12 meses decorrido da abertura das propostas;

- § Terceiro: O Valor dos serviços pendentes de execução (**V**) será o valor dos serviços executados após a data base, determinados conforme medição em obra. Caso não seja possível realizar medição em obra exatamente na data base do reajuste, o valor dos serviços pendentes de execução (**V**) será igual ao valor da medição realizada imediatamente após a data base (**V₁**) proporcional ao período decorrido entre a data efetiva da medição e a data base (**P₂**) e ao período decorrido entre a medição anterior à data base e a data base (**P₁**), somado aos serviços a serem medidos (**V₂**), conforme segue:

$$V = \left[\frac{V_1}{(P_1 + P_2)} \times P_2 \right] + V_2 \quad (2)$$

V = Valor dos serviços pendentes de execução, após a data base;

V₂ = Valor dos serviços a serem medidos;

V₁ = Valor dos serviços medidos no período decorrido entre a medição anterior à data base e a medição posterior à data base;

P₁ = Prazo (em dias) decorrido entre a medição realizada anteriormente à data base e a data base; Caso nenhuma medição tenha sido realizada anteriormente à data base, **P₁** será arbitrado como sendo igual a 30 (trinta) dias;

P2 = Prazo (em dias) decorrido entre a medição realizada imediatamente após a data base e a data base;

§ Quarto: Os serviços contratados com previsão de execução posteriores ao 12º (décimo segundo) mês, a contar da apresentação da proposta, que tiverem suas execuções antecipadas para dentro do período desses 12 meses, não sofrerão reajuste. Da mesma forma, os serviços contratados para serem executados durante esses 12 meses que tiverem suas execuções atrasadas por culpa da **CONTRATADA**, não sofrerão reajuste.

DO RECEBIMENTO DA OBRA

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: Executado o contrato, a obra será recebida:

a) Provisoriamente, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, dentro de quinze (15) dias da comunicação escrita da **CONTRATADA**;

b) Definitivamente, por Comissão presidida pelo MM. Juiz de Direito do Fórum e composta pelos fiscais da obra, por comissão de técnicos do DEA a ser nomeada pelo diretor do Departamento de Engenharia e Arquitetura, que não tenha participado do recebimento provisório da obra, e pelo Responsável Técnico da **CONTRATADA**, mediante Termo circunstanciado, após o decurso do prazo de observação ou vistoria que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais, de acordo com o § 3º do artigo 123 da Lei Estadual nº 15.608/07.

§ Primeiro: A **CONTRATADA** é responsável pelos reparos e substituições necessárias, se houver, decorrentes de defeitos de execução, sem prejuízo do estabelecido nos parágrafos segundo e terceiro da cláusula terceira do presente contrato.

§ Segundo: O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil pela solidez e a segurança da obra, nem a ético-profissional, pela perfeita execução do contrato, sendo que o prazo do artigo 618 da Lei Federal nº 10.406, de 10.01.02 (Código Civil Brasileiro) correrá a partir da data de assinatura do Termo de Recebimento Definitivo da Obra.

§ Terceiro: Somente serão fornecidos Atestados de Capacidade Técnica após a lavratura do Termo de Recebimento Definitivo dos Serviços.

DA INEXECUÇÃO E DA RESCISÃO DO CONTRATO

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, com as consequências decorrentes do presente ajuste e as previstas em lei ou regulamento.

§ Primeiro: Constituem motivo para rescisão do presente contrato:

a) O não cumprimento das cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos, ou o seu cumprimento irregular;

b) A lentidão no seu cumprimento, levando o **CONTRATANTE** a comprovar a impossibilidade de conclusão da obra no prazo estipulado, assim como o atraso injustificado no início dos serviços;

c) A paralisação da obra, sem justa causa e prévia comunicação ao **CONTRATANTE**;

d) A subcontratação total ou parcial de serviços, a associação da **CONTRATADA** com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, sem a prévia e expressa autorização do **CONTRATANTE**, a seu exclusivo critério;

e) O desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, bem como o cometimento reiterado de faltas anteriormente anotadas em registro próprio pela fiscalização do **CONTRATANTE**;

f) A decretação de falência, a instauração de insolvência civil, a dissolução da sociedade, a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que, a juízo do **CONTRATANTE**, prejudique a execução do contrato;

g) Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela Presidência do **CONTRATANTE**;

h) A supressão de serviços, por parte do **CONTRATANTE**, acarretando modificação do valor inicial do contrato além do limite permitido pelo parágrafo primeiro da cláusula quinta;

i) A suspensão de sua execução, por ordem escrita do **CONTRATANTE**, por prazo superior a cento e vinte (120) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenizações pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas, assegurado à **CONTRATADA**, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação;

j) O atraso superior a noventa (90) dias no pagamento devido pelo **CONTRATANTE**, decorrente de serviços já recebidos ou executados, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado à **CONTRATADA** o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação;

k) A não liberação por parte do **CONTRATANTE**, da área ou local para a realização da obra;

l) A ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do presente contrato.

§ Segundo: A rescisão do contrato poderá ser determinada por ato unilateral e escrito do **CONTRATANTE**, nos casos enumerados nas alíneas "a" usque "g" e "l" do parágrafo anterior; amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo de licitação referido na cláusula primeira, desde que haja conveniência para o **CONTRATANTE**; judicial, nos termos da legislação.

§ Terceiro: A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada do **CONTRATANTE**.

§ Quarto: No caso das alíneas "g" usque "l" do parágrafo primeiro, sem que haja culpa da **CONTRATADA**, esta será ressarcida dos prejuízos regularmente comprovados, que houver sofrido, tendo ainda o direito a devolução da garantia de execução, pagamentos devidos pela execução do contrato até a data da rescisão, e pagamento do custo de desmobilização, quando for o caso.

§ Quinto: Ocorrendo impedimento, paralisação ou suspensão do contrato, o prazo de execução dos serviços será prorrogado por igual tempo, após prévia análise e autorização por parte do **CONTRATANTE**.

CONSEQUÊNCIAS DA RESCISÃO CONTRATUAL

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: A rescisão de que trata a primeira parte do parágrafo segundo da cláusula anterior acarreta as seguintes consequências, sem prejuízo das sanções previstas neste ajuste ou em Lei:

I- assunção imediata do objeto do contrato, no estado em que se encontrar, por ato próprio do **CONTRATANTE**;

II- ocupação e utilização do local, instalações, equipamentos, material e pessoal empregado na execução do contrato, necessários à sua continuidade, na forma do inciso II do artigo 131 da Lei Estadual nº 15.608/07;

III- execução da garantia contratual, para ressarcimento da Administração e dos valores das multas e indenizações a ela devidos;

IV- retenção dos créditos decorrentes do contrato até o limite dos prejuízos causados ao **CONTRATANTE**.

Parágrafo Único: A aplicação das medidas previstas nos incisos I e II desta cláusula fica a critério do **CONTRATANTE**, que poderá dar continuidade à obra ou ao serviço por execução direta ou indireta.

DAS PENALIDADES

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: O descumprimento das disposições contratuais sujeita o contratado às sanções administrativas dispostas nos artigos 150 a 160 da Lei Estadual nº 15.608/07 e, subsidiariamente, nos artigos 86 a 88 da Lei nº 8.666/93 e no art. 7º da Lei 10.520/02.

§ Primeiro: Poderão ser aplicadas as seguintes sanções:

a) Advertência;

b) Multa;

c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná por prazo não superior a 02 (dois) anos, ressalvada a hipótese do artigo 155 da Lei Estadual nº 15.608/07, quando os efeitos serão estendidos aos demais órgãos e entidades do Estado;

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública por prazo não superior a 5 (cinco) anos;

e) Descredenciamento do sistema de registro cadastral.

§ Segundo: Na aplicação das penalidades será considerada as circunstâncias do artigo 160 da Lei Estadual nº 15.608/2007.

§ Terceiro: A reincidência se caracteriza com a repetição de infração de igual natureza, cometida após a aplicação da sanção anterior, em qualquer contrato firmado com o Tribunal de Justiça, e será apurada no período máximo de cinco anos.

§ Quarto: Os casos de ressarcimento dos prejuízos pela contratada, com a mitigação dos danos resultantes da infração, poderão ensejar a redução da(s) penalidade(s) pelo descumprimento contratual em metade até a instauração do processo administrativo de apuração da irregularidade e de até ¼ após a instauração até a decisão final.

§ Quinto: A mora no cumprimento de obrigações contratuais independe de notificação da contratada (*dies interpellat pro homine*), salvo previsão expressa.

§ Sexto: O cumprimento parcial da parcela em atraso reduzirá proporcionalmente a base de cálculo da penalidade de multa.

§ Sétimo: A sanção de advertência, suspensão e inidoneidade poderão ser aplicadas cumulativamente com as penas de multa.

§ Oitavo: As sanções de multa moratória não serão cumuladas com a pena de multa prevista para o caso de rescisão contratual, quando a rescisão decorrer da própria mora.

§ Nono: As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

§ Décimo: Poderá configurar a inexecução total da obrigação e a aplicação da penalidade prevista no item 6 da tabela abaixo, sem prejuízo de eventual indenização pela contratada derivada de perdas e danos causados a este Tribunal de Justiça (decorrente das infrações cometidas), quando:

a) A execução do objeto contratado for inferior a 50% (cinquenta por cento) do total;

b) Houver reiterado descumprimento das obrigações assumidas;

c) O atraso na execução ultrapassar o prazo limite de 30 (trinta) dias corridos e não houver o interesse da Administração do Tribunal de Justiça em manter a contratação.

d) O descumprimento parcial prejudicar a solução como um todo;

§ Décimo Primeiro: A rescisão do contrato dependerá de análise de oportunidade e conveniência do Tribunal de Justiça.

§ Décimo Segundo: Sem prejuízo das demais penalidades, as de multa serão aplicadas conforme detalhamento constante da tabela abaixo:

	CONDUTA	PENALIDADE
01	O cumprimento irregular de cláusulas contratuais, quando não haja previsão de conduta específica;	<u>Primeira vez:</u> Advertência <u>Segunda vez e seguintes:</u> Multa de 0,1% a 1% do valor do contrato por dia de inadimplência e/ou fato gerador ensejador da multa, conforme a natureza da obrigação, limitado ao máximo de 10% do valor global do contrato;
02	O não cumprimento de cláusulas contratuais, quando não haja	

	<p>previsão de conduta específica;</p> <p>ou</p> <p>O desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;</p>	<p>Multa de 0,1% a 2% do valor do contrato por dia de inadimplência e/ou fato gerador ensejador da multa, conforme a natureza da obrigação, limitado ao máximo de 10% do valor global do contrato;</p>
03	<p>O atraso injustificado na prestação do serviço e/ou a paralisação do serviço ou do fornecimento, sem justa causa e prévia comunicação à Administração, quando não haja previsão de conduta específica;</p>	<p>Multa de 0,1% a 3% do valor do contrato por dia de atraso, observado o máximo de 10% do valor global (conforme contratação) do contrato, de modo que o atraso superior a 30 (trinta) dias autorizará a Administração contratante a promover a rescisão do contrato, incidindo, nesse caso, unicamente a multa do item 7 desta Tabela.</p>
04	<p>Apresentar documento falso ou fazer declaração falsa;</p> <p>ou</p> <p>Agir de má-fé na relação contratual;</p> <p>ou</p> <p>Frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o contrato;</p>	<p>Multa de 0,5% a 10% do valor do contrato.</p>
05	<p>Abandonar a execução do contrato ou incorrer em inexecução total contratual quando não haja previsão de conduta específica;</p> <p>ou</p> <p>Tenha sofrido condenação judicial definitiva por praticar, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;</p> <p>ou</p> <p>Demonstrar não possuir idoneidade para contratar com a Administração, em virtude de atos ilícitos praticados, em especial infrações à ordem econômica definidas na Lei Federal nº 8.158/1991;</p> <p>ou</p> <p>Tenha sofrido condenação definitiva por ato de improbidade administrativa, na forma da lei;</p> <p>ou</p> <p>A subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação da contratada com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, não admitidas no edital e no contrato;</p> <p>ou</p>	<p>Multa de 1% a 10% do valor global do contrato.</p>

	A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique a execução do contrato;	
06	Descumprimento ou inexecução total do contrato/obrigações que gere a rescisão contratual.	Multa de 5% a 20% sobre o valor global do contrato, sem prejuízo de eventual indenização pela contratada, derivada de perdas e danos causados ao Tribunal de Justiça decorrente das infrações cometidas;

§ Décimo Terceiro: Caso a Contratada incorra em uma das condutas elencadas na presente Cláusula, será instaurado procedimento administrativo autônomo para apuração da irregularidade a aplicação de sanções, onde será assegurada a ampla defesa e o contraditório, observado o disposto nos artigos 161 e 162 da Lei Estadual nº 15.608/07 e o Decreto Judiciário nº 711/11 e alterações posteriores.

§ Décimo Quarto: *As intimações serão feitas preferencialmente por meio eletrônico, no SISTEMA SEI, nos termos do Decreto nº 711/2011.*

§ Décimo Quinto: Após a regular tramitação do procedimento descrito no caput e, havendo a aplicação da penalidade de multa, a empresa será notificada para o pagamento.

§ Décimo Sexto: Transcorrido o prazo para o pagamento da multa sem o seu adimplemento o Tribunal de Justiça poderá compensar o valor devido com qualquer crédito existente nesta ou em outra contratação.

§ Décimo Sétimo: Qualquer multa ou encargo imputado à contratada, não pago no prazo concedido pela Administração, será inscrito no CADIN Estadual e em Dívida Ativa do Estado e cobrado com base na Lei Federal nº 6.830/80, sem prejuízo da correção monetária pelo IPC-FIPE ou outro índice que porventura venha a substituí-lo.

§ Décimo Oitavo: As disposições da Cláusula de Penalidades não excluem a responsabilização da contratada por eventuais atos lesivos previstos na Lei Federal nº 12.846/13 e demais legislações, bem como a responsabilidade de indenização suplementar em caso de perdas e danos decorrente da conduta.

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: A despesa decorrente da execução do presente contrato ficará à conta da dotação orçamentária do exercício de 2021, estando os valores correspondentes à execução do **execução do Pergolado do Palácio da Justiça**, devidamente empenhados através do sub-elemento 4.4.90.52.51, conforme Nota de Empenho nº xxxxxxxxxxxx, emitida pelo Departamento Econômico e Financeiro – DEF em xxxxxxxxxxxxxxxx.

DOS CASOS OMISSOS

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA: Aos casos não expressamente regulados pelo presente contrato, aplicar-se-ão as disposições da Lei Estadual nº 15.608/07 e subsidiariamente a Lei Federal nº 8.666/93 e o Código Civil Brasileiro (Lei Federal nº 10.406, de 10.01.02), assim como a legislação complementar pertinente.

DA VIGÊNCIA

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA: O presente contrato terá vigência de **60 (sessenta) meses**, a partir da data da sua assinatura.

§ Primeiro: O presente instrumento será automaticamente extinto com a lavratura do Termo de Entrega e Recebimento Definitivo da Obra e mediante quitação de todos os haveres referentes à Contratação.

DO FORO

CLÁUSULA NONA: Fica eleito o Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba-PR para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias eventualmente surgidas durante a execução da obra ou em decorrência do presente contrato.

Este contrato, que terá seu extrato publicado no Diário Eletrônico do Tribunal de Justiça do Paraná, só se tornará perfeito e acabado, entrando em vigência, após cumpridas as formalidades legais.

E por estarem assim justo e contratado, depois de lido e achado conforme, vai este Termo devidamente assinado pelos representantes das partes inicialmente nomeadas, juntamente com duas (02) testemunhas, como adiante se vê.

Xxxx

Presidente do Tribunal de Justiça

Xxxx

Empresa

TESTEMUNHAS:

TESTEMUNHA

TESTEMUNHA

ANEXO XI – COMPOSIÇÃO DE BDI PARA SERVIÇOS DE ENGENHARIA

TABELA LIMITES PARA BDI - CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIOS Em conformidade com acórdão Nº 2.622/2013 TCU		VALOR ADOTADO	VALOR ADOTADO
		Com desoneração	Sem desoneração
		Sem CPRB BDI	Com CPRB BDI
AC	Administração Central	3,00%	3,00%
S+G	Segurança + Garantia	0,80%	0,80%
R	Risco	1,27%	1,27%
DF	Despesas Financeiras	1,23%	1,23%
L	Lucro bruto	7,40%	7,40%
I	Impostos	10,15%	5,65%
	PIS	0,65%	0,65%
	COFINS	3,00%	3,00%
	ISS*	2,00%	2,00%
	INSS relativo a CPRB	4,50%	0,00%
		27,14%	21,07%

Fórmula utilizada para o cálculo do BDI, em conformidade com o Acórdão nº 2.622/2013 – TCU

$$BDI = \frac{(1 + (AC + S + R + G)) * (1 + DF) * (1 + L)}{(1 - I)} - 1$$

ANEXO XII – MODELO DE COMPOSIÇÃO DE BDI PARA SERVIÇOS DE ENGENHARIA -

TABELA LIMITES PARA BDI - CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIOS Em conformidade com acórdão Nº 2.622/2013 TCU		VALOR ADOTADO
		BDI
AC	Administração Central	
S+G	Segurança + Garantia	
R	Risco	
DF	Despesas Financeiras	
L	Lucro bruto	
I	Impostos	
	PIS	
	COFINS	
	ISS*	
	INSS relativo a CPRB	
TOTAL MÁXIMO		

Fórmula utilizada para o cálculo do BDI, em conformidade com o Acórdão nº 2.622/2013 – TCU

$$BDI = \frac{(1+(AC+S+R+G))*(1+DF)*(1+L)}{(1-I)} - 1$$

ANEXO XIII – COMPOSIÇÃO DE BDI PARA FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE EQUIPAMENTOS

TABELA LIMITES PARA BDI – FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE EQUIPAMENTOS		VALOR ADOTADO	VALOR ADOTADO
		Com desoneração	Sem desoneração
		Sem CPRB	Com CPRB
Em conformidade com acórdão Nº 2.622/2013 TCU			
		BDI	BDI
AC	Administração Central	1,50%	1,50%
S+G	Segurança + Garantia	0,30%	0,30%
R	Risco	0,56%	0,56%
DF	Despesas Financeiras	0,85%	0,85%
L	Lucro bruto	3,99%	3,99%
I	Impostos	8,15%	3,65%
	PIS	0,65%	0,65%
	COFINS	3,00%	3,00%
	ISS*	0,00%	0,00%
	INSS relativo a CPRB	4,50%	0,00%
TOTAL		16,87%	11,42%

Fórmula utilizada para o cálculo do BDI, em conformidade com o Acórdão nº 2.622/2013 – TCU

$$BDI = \frac{(1 + (AC + S + R + G)) * (1 + DF) * (1 + L)}{(1 - I)} - 1$$

**ANEXO XIV – MODELO DE COMPOSIÇÃO DE BDI PARA FORNECIMENTO
E INSTALAÇÃO DE EQUIPAMENTOS**

TABELA LIMITES PARA BDI - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE EQUIPAMENTOS		VALOR ADOTADO
Em conformidade com acórdão Nº 2.622/2013 TCU		
		BDI
AC	Administração Central	
S+G	Segurança + Garantia	
R	Risco	
DF	Despesas Financeiras	
L	Lucro bruto	
I	Impostos	
	PIS	
	COFINS	
	ISS*	
	INSS relativo a CPRB	
TOTAL MÁXIMO		%

Fórmula utilizada para o cálculo do BDI, em conformidade com o Acórdão nº
2.622/2013 – TCU

$$BDI = \frac{(1 + (AC + S + R + G)) * (1 + DF) * (1 + L)}{(1 - I)} - 1$$

ANEXO XV – COMPOSIÇÃO DE BDI DIFERENCIADO

TABELA LIMITES PARA BDI - DIFERENCIADO Em conformidade com acórdão Nº 2.622/2013 TCU		VALOR ADOTADO	VALOR ADOTADO
		Com desoneração	Sem desoneração
		Sem CPRB BDI	Com CPRB BDI
AC	Administração Central	1,50%	1,50%
S+G	Segurança + Garantia	0,30%	0,30%
R	Risco	0,56%	0,56%
DF	Despesas Financeiras	0,85%	0,85%
L	Lucro bruto	3,99%	3,99%
I	Impostos	10,15%	5,65%
	PIS	0,65%	0,65%
	COFINS	3,00%	3,00%
	ISS*	2,00%	2,00%
	INSS relativo a CPRB	4,50%	0,00%
		19,48%	13,78%

Fórmula utilizada para o cálculo do BDI, em conformidade com o Acórdão nº 2.622/2013 – TCU

$$BDI = \frac{(1 + (AC + S + R + G)) * (1 + DF) * (1 + L)}{(1 - I)} - 1$$

ANEXO XVI – MODELO DE COMPOSIÇÃO DE BDI DIFERENCIADO

TABELA LIMITES PARA BDI - DIFERENCIADO Em conformidade com acórdão Nº 2.622/2013 TCU		VALOR ADOTADO
		BDI
AC	Administração Central	
S+G	Segurança + Garantia	
R	Risco	
DF	Despesas Financeiras	
L	Lucro bruto	
I	Impostos	
	PIS	
	COFINS	
	ISS*	
	INSS relativo a CPRB	
TOTAL MÁXIMO		%

Fórmula utilizada para o cálculo do BDI, em conformidade com o Acórdão nº 2.622/2013 – TCU

$$BDI = \frac{(1+(AC+S+R+G))*(1+DF)*(1+L)}{(1-I)} - 1$$

ANEXO XVII – COMPOSIÇÃO DOS ENCARGOS SOCIAIS

PARANÁ

VIGÊNCIA A PARTIR DE 10/2020

ENCARGOS SOCIAIS SOBRE A MÃO DE OBRA					
CÓDIGO	DESCRIÇÃO	COM DESONERAÇÃO		SEM DESONERAÇÃO	
		HORISTA %	MENSALISTA %	HORISTA %	MENSALISTA %
GRUPO A					
A1	INSS	0,00%	0,00%	20,00%	20,00%
A2	SESI	1,50%	1,50%	1,50%	1,50%
A3	SENAI	1,00%	1,00%	1,00%	1,00%
A4	INCRA	0,20%	0,20%	0,20%	0,20%
A5	SEBRAE	0,60%	0,60%	0,60%	0,60%
A6	Salário Educação	2,50%	2,50%	2,50%	2,50%
A7	Seguro Contra Acidentes de Trabalho	3,00%	3,00%	3,00%	3,00%
A8	FGTS	8,00%	8,00%	8,00%	8,00%
A9	SECONCI	1,00%	1,00%	1,00%	1,00%
A	Total	17,80%	17,80%	37,80%	37,80%
GRUPO B					
B1	Repouso Semanal Remunerado	17,93%	Não incide	17,93%	Não incide
B2	Feriados	3,97%	Não incide	3,97%	Não incide
B3	Auxílio - Enfermidade	0,88%	0,67%	0,88%	0,67%
B4	13º Salário	10,87%	8,33%	10,87%	8,33%
B5	Licença Paternidade	0,07%	0,06%	0,07%	0,06%
B6	Faltas Justificadas	0,72%	0,56%	0,72%	0,56%
B7	Dias de Chuvas	1,81%	Não incide	1,81%	Não incide
B8	Auxílio Acidente de Trabalho	0,11%	0,08%	0,11%	0,08%
B9	Férias Gozadas	9,01%	6,91%	9,01%	6,91%
B10	Salário Maternidade	0,03%	0,03%	0,03%	0,03%
B	Total	45,40%	16,64%	45,40%	16,64%
GRUPO C					
C1	Aviso Prévio Indenizado	5,37%	4,12%	5,37%	4,12%
C2	Aviso Prévio Trabalhado	0,13%	0,10%	0,13%	0,10%
C3	Férias Indenizadas	4,22%	3,24%	4,22%	3,24%
C4	Depósito Rescisão Sem Justa Causa	3,77%	2,90%	3,77%	2,90%
C5	Indenização Adicional	0,45%	0,35%	0,45%	0,35%
C	Total	13,94%	10,71%	13,94%	10,71%
GRUPO D					
D1	Reincidência de Grupo A sobre Grupo B	8,08%	2,96%	17,16%	6,29%
D2	Reincidência de Grupo A sobre Aviso Prévio Trabalhado e Reincidência do FGTS sobre Aviso Prévio Indenizado	0,45%	0,35%	0,48%	0,37%
D	Total	8,53%	3,31%	17,64%	6,66%
TOTAL(A+B+C+D)		85,67%	48,46%	114,78%	71,81%

ANEXO XVIII – MODELO DE COMPOSIÇÃO DOS ENCARGOS SOCIAIS

ENCARGOS SOCIAIS SOBRE PREÇOS DA MÃO-DE-OBRA HORISTA e MENSALISTA			
	GRUPO A	Horista (%)	Mensalista (%)
A1	INSS		
A2	SESI		
A3	SENAI		
A4	INCRA		
A5	SEBRAE		
A6	Salário Educação		
A7	Seguro contra acidentes de trabalho		
A8	FGTS		
A9	SECONCI		
A	TOTAL		
	GRUPO B	Horista (%)	Mensalista (%)
B1	Repouso Semanal Remunerado		
B2	Feriados		
B3	Auxílio - Enfermidade		
B4	13º Salário		
B5	Licença Paternidade		
B6	Faltas Justificadas		
B7	Dias de Chuvas		
B8	Auxílio Acidente de Trabalho		
B9	Férias Gozadas		
B10	Salário Maternidade		
B	TOTAL		
	GRUPO C	Horista (%)	Mensalista (%)
C1	Aviso Prévio Indenizado		
C2	Aviso Prévio Trabalhado		
C3	Férias Indenizadas		
C4	Depósito Rescisão Sem Justa Causa		
C5	Indenização Adicional		
C	TOTAL		
	GRUPO D	Horista (%)	Mensalista (%)
D1	Reincidência de Grupo A sobre Grupo B		
D2	Reincidência de Grupo A sobre Aviso Prévio Trabalhado e Reincidência do FGTS sobre Aviso Prévio Indenizado		
D	TOTAL		
	TOTAL (A+B+C+D)		

ANEXO XIX – MODELO COMPOSIÇÃO CUSTOS UNITÁRIOS

COMPOSIÇÃO DE PREÇO UNITÁRIO								
OBRA:						DATA BASE		
CÓDIGO	SERVIÇO:							UNIDADE
CÓDIGO	EQUIPAMENTOS	UND	QUANT	UTILIZAÇÃO OPERATIVA	UTILIZAÇÃO IMPRODUTIVA	CUSTO OPER	CUSTO IMPROD	CUSTO HORÁRIO
(A) CUSTO HORÁRIO DE EQUIPAMENTOS - TOTAL								
CÓDIGO	MÃO-DE-OBRA SUPLEMENTAR			UND	COEFICIENTE	SALÁRIO BASE	CUSTO HORÁRIO	
						(B) CUSTO HORÁRIO DE MÃO-DE-OBRA		
				LEIS SOCIAIS		%		
						(B) CUSTO HORÁRIO DE MÃO-DE-OBRA - TOTAL		
						CUSTO HORÁRIO TOTAL		
PRODUÇÃO DA EQUIPE (C)		1			(D) CUSTO UNITÁRIO DE EXECUÇÃO (A) + (B) / C			
CÓDIGO	MATERIAIS/SERVIÇOS			UND	CONSUMO	CUSTO UNITÁRIO	CUSTO TOTAL	
					1600,0000			
(E) CUSTO DE MATERIAIS - TOTAL								
OBS.:						CUSTO UNITÁRIO - TOTAL (D) + (E)		
						BDI %		
						PREÇO UNITÁRIO TOTAL		

ANEXO XX – METODOLOGIA PARA CONCESSÃO DE ADITIVOS**1. PRORROGAÇÃO DE PRAZO EM RAZÃO DE CHUVAS**

Caso haja necessidade de prorrogação de prazo em razão de chuvas, a **CONTRATADA** deve apresentar solicitação, pormenorizadamente justificada, juntando laudo pluviométrico, indicando quais serviços sofreram interferência, qual prejuízo de prazo para cada um deles, inclusive apresentando proposta para recuperação do prazo, quando couber.

A análise para concessão de dias adicionais levará em consideração o efetivo prejuízo para andamento dos serviços, considerando o período chuvoso e a etapa de execução da obra. Portanto, o planejamento da obra deverá ser concebido prevendo os períodos de paralisação por ocorrência de chuvas durante o período contratual.

A. ROTEIRO PARA SOLICITAÇÃO E CONCESSÃO DE ADITIVO DE PRAZO DECORRENTE DE CHUVAS EXCEPCIONAIS E PLANEJAMENTO DE PRAZO PARA EXECUÇÃO DE OBRAS

A.1. Caso o volume de precipitação do período for inferior ou igual à Média Histórica Acumulada para o mesmo período, a solicitação de prorrogação de prazo será **NEGADA** de imediato, por não caracterizar chuva excepcional.

A.2. Para solicitação de aditivo a Empresa deverá apresentar os seguintes relatórios emitidos pelos SIMEPAR:

- Precipitação acumulada mensal e anual da Estação Climatológica equivalente, para o período informado.
- Média histórica de Precipitação da Estação Climatológica equivalente.
- Número de Dias com Precipitação Maior ou Igual a 2 mm da Estação Climatológica equivalente, para o período informado.
- Média histórica de Dias com Precipitação Maior ou Igual a 2 mm da Estação Climatológica equivalente.

A.3. Deve-se, inicialmente, utilizar como paradigma a Média Histórica Mensal de Chuva calculado com dados de 1997 a 2012, proporcionais ao período de análise.

A.4. Todos os dados e cálculos efetuados deverão ser considerados com precisão de 2 (duas) casas decimais.

A.5. Caso o volume de precipitação acumulado, calculado para o período for superior à Média Histórica acumulada para o mesmo período, a solicitação de prorrogação de prazo deverá ser **ACEITA**. Conforme determinado nos itens 1.8 a 1.10.

A.6. Para calcular os dias devidos de prorrogação deve-se utilizar a Média histórica mensal de nº de dias com precipitação superior à 2 mm e a Média histórica mensal de precipitação, acumulados e proporcionais ao período de análise.

A.7. O número de dias de concedidos no aditivo, será igual ao calculado pela fórmula do item 1.9 ou 1.10 prevalecendo aquele que for maior.

A.8. Se o somatório proporcional de dias de chuva (mínimo de 2 mm/dia) para o período da obra for superior ao da média histórica o aditivo de prazo será igual ao número de dias superiores à média histórica acumulada no período.

A.9. Se o somatório de dias de chuva (mínimo de 2 mm/dia) para o período da obra for inferior ao da média histórica acumulada, o aditivo de prazo será igual à diferença da precipitação acumulada no período menos a precipitação histórica acumulada do período correspondente, dividido pela média entre a precipitação acumulada pelo número de dias de chuva no ano (esta médias constam na tabela em anexo).

A.10. Tal entendimento se deve ao fato de que a precipitação acumulada pode ser superior à média em um determinado período sem no entanto implicar em mais dias com chuvas. No entanto com o intuito de não prejudicar a construtora e partindo do princípio que o ambiente mais úmido prejudica a celeridade da obra, considera-se a precipitação acumulada superior à normal como dias efetivos de chuva média.

A.11. Exemplo:

Prazo de execução da obra e objeto de pleito para a solicitação de aditivo de prazo: **12/04/2011 à 26/07/2012 na Comarca de Pato Branco.**

Os dados oficiais que são objetos do pleito são:

- a) Precipitação acumulada de 12/04/2011 à 26/07/2012, conforme documentação do SIMEPAR: 2.423,8 mm (valor fictício para exemplificar);
- b) Número de dias com chuvas maiores que 2 mm de 12/04/2011 à 26/07/2012, conforme documentação do SIMEPAR: 118 dias (valor fictício para exemplificar);

Razão:

$$\frac{\text{Média.Histórica.Anual.de.Chuva(mm)}}{\text{Média.Histórica.Anual.de.nº.de.Dias.com.chuva.maior.que.2mm}} = \frac{1874,80}{91} = 20,60\text{mm / dia.de.chuva}$$

Média histórica mensal de chuva (mm) - Calculados com dados de 1997 a 2012												
Mês	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
Precip Histórica (mm)	173,1	155,9	150,4	176,4	128,2	133,7	122,4	103,5	158,1	257,1	154,4	161,3
nº dias mês	31	28	30	31	30	31	30	31	30	31	30	31
prec/dia	5,58	5,57	5,01	5,69	4,27	4,31	4,08	3,34	5,27	8,29	5,15	5,20

No mês de abril houve obras durante 19 dias (31-12 = 19);

No mês de julho houve obras durante 26 dias;

Os outros meses foram trabalhados integralmente;

Precipitação acumulada:

abr = 5,69 x 19 = 108,12

mai = 4,27 x 30 = 128,2

jun = 4,31 x 31 = 133,7

jul = 4,08 x 30 = 122,4

ago = 3,34 x 31 = 103,5

set = 5,27 x 30 = 158,1

out = 8,29 x 31 = 257,1

nov = 5,15 x 30 = 154,4

dez = 5,2 x 31 = 161,3

jan = 5,58 x 31 = 173,1

fev = 5,57 x 28 = 155,9

mar = 5,01 x 30 = 150,4

abr = 5,69 x 31 = 176,4

mai = 4,27 x 30 = 128,2

jun = 4,31 x 31 = 133,7

jul = 4,08 x 26 = 106,08

Total (mm) = 2350,6 mm

A conclusão desta análise poderá enquadrar-se em dois casos conforme segue:

Caso I: a precipitação no período de obras for menor do que o calculado historicamente, não haverá concessão de aditivo de prazo, por caracterizar precipitações normais e portanto previsíveis.

Caso II: a precipitação no período de obras for maior do que o calculado historicamente, haverá concessão de aditivo de prazo por caracterizar precipitações acima das normais e, portanto, imprevisíveis. O cálculo de dias será feito de duas formas e será adotado aquela que conceder o maior aditivo.

Média histórica mensal de nº de dias com chuva maior que 2 mm – Calculado com dados de 1997 a 2012												
Mês	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
Histórico (dias)	10	9	6	7	6	6	7	6	7	10	8	9
nº dias mês	31	28	30	31	30	31	30	31	30	31	30	31
dias/mês	0,32	0,32	0,20	0,23	0,20	0,19	0,23	0,19	0,23	0,32	0,27	0,29

abr = 0,23 x 19 = 4,37

mai = 0,2 x 30 = 6

jun = 0,19 x 31 = 6

jul = 0,23 x 30 = 7

ago = 0,19 x 31 = 6

set = 0,23 x 30 = 7

out = $0,32 \times 31 = 10$
nov = $0,27 \times 30 = 8$
dez = $0,29 \times 31 = 9$
jan = $0,32 \times 31 = 10$
fev = $0,32 \times 28 = 9$
mar = $0,2 \times 30 = 6$
abr = $0,23 \times 31 = 7$
mai = $0,2 \times 30 = 6$
jun = $0,19 \times 31 = 6$
jul = $0,23 \times 26 = 5,98$
Total = 113,35 dias

Portanto:

Caso II – A:

$2423,8 - 2350,6 = 73,2 \text{ mm}$

$73,2 / 20,6 = 3,66 \text{ dias}$

Portanto com arredondamento **4 dias**.

Caso II – B:

$118 - 113,35 = 4,65 \text{ dias}$

Portanto com arredondamento **5 dias**.

Neste caso adota-se o prazo que for maior. A empresa teria direito a um aditivo de prazo de 5 dias.

2. SOLICITAÇÃO DE SERVIÇOS ADICIONAIS

Conforme indicado no item 6.6, do Capítulo 6, do edital, Para fins de isonomia entre as licitantes, tendo em vista que o regime de execução para a presente contratação será o de **empreitada por preço global**, a proposta deverá contemplar todos os elementos indicados nos projetos, planilhas e demais especificações técnicas, nessa ordem. O escopo da obra, medições e análise de eventuais serviços adicionais serão definidos e analisados seguindo esta ordem de precedência em casos de divergências de especificações de materiais, equipamentos, critérios de aceitabilidade e quantitativos. Eventuais divergências encontradas durante a fase de formulação das propostas deverão ser comunicadas formalmente ao Departamento de Engenharia e Arquitetura.

Para **ACRÉSCIMOS OU SUPRESSÕES DE SERVIÇOS CONTRATUAIS** serão utilizados os preços constantes na planilha orçamentária de referência e respectivas composições unitárias, observado o desconto ofertado pela empresa no procedimento licitatório.

Para **ACRÉSCIMO DE SERVIÇOS QUE NÃO TENHAM PREÇOS UNITÁRIOS CONTEMPLADOS NA PROPOSTA INICIAL**, o valor dos serviços deve ser obtido na tabela SINAPI ou em outras tabelas oficiais de referência da época da licitação, devidamente reajustados, ou mediante três cotações de mercado, quando possível. Em caso de não haver o item na SINAPI ou tabela oficial de referência da época da licitação, será utilizada a SINAPI em vigor quando da análise do aditivo. Ao menor valor obtido será aplicado o BDI da empresa e após, aplicado o desconto linear nos termos da proposta apresentada no procedimento licitatório. **Caso o BDI apresentado pela empresa seja superior ao máximo adotado pela Administração no orçamento base da licitação, o preço dos serviços novos será obtido a partir do BDI utilizado pela Administração no orçamento base da licitação (aquele indicado no item c.6, do edital), subtraindo desse preço de referência a diferença percentual entre o valor do orçamento base e o valor global do contrato obtido na licitação, com vistas a garantir a manutenção do percentual de desconto ofertado pelo contratado.** A **CONTRATADA** deverá, também, apresentar planilha de composição de custos unitários referentes aos serviços propostos.

Em ambos os casos, a **CONTRATADA** deve apresentar solicitação, pormenorizadamente justificada, dos serviços necessários para ser submetida à análise do **CONTRATANTE**.

A **CONTRATADA** deverá, a cada trimestre, elaborar relatório acerca da eventual necessidade de aditamento contratual, respeitado o prazo máximo de 60 (sessenta) dias anteriores ao término do prazo para conclusão da obra. Eventuais atrasos na execução da obra em razão de análise de aditivos pleiteados sem tempo hábil para análise pelo **CONTRATANTE** serão de responsabilidade da **CONTRATADA**.

ANEXO XXI – ELEMENTOS TÉCNICOS: PLANILHA QUANTITATIVA DE SERVIÇOS, PROJETO, PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DO BDI, ENCARGOS SOCIAIS, TERMO DE REFERÊNCIA E DEMAIS DOCUMENTOS.

- Os elementos técnicos estarão disponíveis para *download* no *site* do Tribunal de Justiça, www.tjpr.jus.br – “Licitações” - “Editais” - “Anexos dos editais” ou através do endereço eletrônico <https://www.tjpr.jus.br/editais>.
- A responsabilidade pela impressão dos elementos técnicos é da empresa licitante.